

V WORKSHOP EMPRESA, EMPRESÁRIOS E SOCIEDADE

O mundo empresarial e a questão social

Porto Alegre, 2 a 5 de maio de 2006 – PUCRS

Mesa Redonda 02: Organizações empresariais, representação de interesses e ação política

Empresários e Governo Lula: percepções e ação política entre 2002 e 2006

Eli Diniz*

Resumo:

As eleições de 2002 representaram um marco na política brasileira desde 1930, quando se deu a ruptura com a ordem oligárquica e se instauraram as bases político-institucionais para a implantação da estratégia da industrialização por substituição de importações, possibilitando a transição do sistema agro-exportador para uma nova ordem urbano-industrial. Pela primeira vez, um ex-líder sindical, Luiz Inácio Lula da Silva, fundador e integrante de um partido de esquerda, o PT (Partido dos Trabalhadores), vence as eleições presidenciais no Brasil, conquistando, no segundo turno, cerca de 53 milhões de votos, o equivalente a 61,3% dos votos válidos, contra 38,7% de seu concorrente, José Serra, o candidato da situação. Tal resultado contrasta com uma tradição de vitória de candidatos apoiados por coalizões de direita ou de centro-direita, que foi a característica da política brasileira, ao longo de todo o século vinte. Para interpretar o significado das eleições de 2002 é importante considerar as mudanças ocorridas na sociedade brasileira no decorrer das duas últimas décadas do século passado.

* Texto apresentado no V Workshop *Empresa, Empresários e Sociedade*, realizado entre 2 e 5 de maio de 2006, PUCRS, Porto Alegre. Agradeço aos organizadores do evento o convite para participar da mesa de abertura. Retomo aqui parcialmente análise apresentada em trabalho anterior: “Empresário, Estado e Democracia: continuidade e mudança entre os governos Fernando Henrique e Lula”, apresentado no Seminário “La Esperanza venció al Miedo?”, promovido pelo Centro de Estudios Brasileños de la Universidad de Salamanca, entre os dias 23 e 25 de fevereiro de 2005., organizado pelo Prof. Manuel Santos, diretor do Ceb e pela prof. Márcia Dias, da PUC/RGS. Agradeço ainda a Renato Boschi com quem venho realizando pesquisas e publicando inúmeros trabalhos sobre as relações empresários-Estado no Brasil.

Principais pontos de Inflexão: a ruptura com o nacional desenvolvimentismo e a busca de um novo modelo econômico

No período mais recente, que se desdobra entre 1985 e as eleições de 2002, alguns pontos de inflexão na trajetória da sociedade brasileira devem ser ressaltados. Trata-se de momentos que se caracterizaram por mudanças expressivas no modelo econômico e no padrão de desenvolvimento em vigor, bem como nas coalizões dominantes e nas estratégias políticas dos principais grupos em confronto.

O primeiro marco pode ser situado entre 1985 e 1988, quando se dá a ruptura com o passado autoritário. Neste período, observou-se a instauração dos mecanismos e procedimentos do regime poliárquico, para usarmos a terminologia de Robert Dahl (Dahl, 1971), conduzindo à consolidação das regras do jogo democrático e implicando a garantia da governabilidade pela gestão negociada dos conflitos políticos. Esse momento representa a construção da ordem democrática em bases mais estáveis. A constituição de 1988, a chamada Constituição Cidadã, implantou um modelo de democracia com ampla liberdade de organização, de expressão e de oposição; expandiu os direitos políticos de cidadania; universalizou o direito de voto e introduziu um alto grau de liberdade de criação e de funcionamento dos partidos políticos, o que permitiu que se retomasse a tradição multipartidária do Brasil. As eleições presidenciais de 2002, com a vitória do candidato do PT, partido situado à esquerda do espectro ideológico, revelaram o amadurecimento das instituições poliárquicas no Brasil, com a plena aceitação do princípio da alternância do poder¹.

Estes três aspectos, a ruptura com a tradição golpista da política brasileira, a garantia da governabilidade pela gestão negociada dos conflitos e o respeito ao princípio da alternância de poder, constituem o que chamo a construção da democracia sustentada. A prioridade foi a reforma política em torno da qual se articulou um grande consenso nacional.

¹ Em 2002, foi a quarta vez em que Lula disputou as eleições para a presidência do Brasil, depois da queda do regime militar em 1985. Na primeira, em 1989, todas as pesquisas eleitorais, destacaram o alto grau de rejeição de Lula, sobretudo entre as elites. Naquele ano, o líder empresarial, Mário Amato, presidente da poderosa FIESP (Federação da Indústria do Estado de São Paulo), em declaração à imprensa, chegou a afirmar que uma eventual vitória de Lula provocaria uma “fuga em massa” de empresários para fora do país. Entre os militares e grandes proprietários rurais, também foi detectado um claro sentimento de rejeição.

Por outro lado, ao consenso político se contrapôs o dissenso com relação ao modelo econômico. Observou-se um profundo desacordo com respeito aos rumos do capitalismo brasileiro. Prevaleceu, então, o dissenso quanto ao esgotamento do antigo modelo de desenvolvimento.

O segundo momento situa-se entre 1994 e 1995 com a implantação e o êxito do Plano Real, que representou a conquista da estabilização monetária sustentada. Este fato significou também um profundo corte com o passado recente, correspondente aos dois primeiros governos da Nova República, marcados por experiências estabilizadoras ineficazes e de curta duração, que, ao terminar, acarretavam taxas ainda mais elevadas de inflação. A consecução da meta da estabilidade levou à ruptura com a cultura inflacionária e a irresponsabilidade fiscal, traços arraigados na tradição política do país. Articulou-se, a partir de então, um forte consenso em torno da preservação do equilíbrio macroeconômico como fundamento do crescimento sustentado, consenso que daria respaldo à execução das chamadas reformas estruturais.

E aqui chegamos ao terceiro ponto de inflexão, que resultou da profundidade das mudanças desencadeadas pelo pacote das reformas orientadas para o mercado, ao lado das reformas constitucionais, ambas executadas durante o primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1999). Este pôs em prática um conjunto deliberado de políticas voltadas para o que designou por desmonte da Era Vargas. A execução desta agenda abalou os fundamentos do padrão anterior de desenvolvimento, desestruturando o modelo do tripé, baseado num relativo equilíbrio entre empresas estatais, nacionais e estrangeiras. De forma similar, aprofundou-se a erosão do pacto corporativo entre o Estado e a chamada burguesia nacional, que, durante as décadas anteriores, deu suporte à industrialização por substituição de importações.

É verdade que a matriz estadocêntrica vinha sofrendo um processo de desgaste lento e gradual desde meados dos anos 70 do século passado, em consequência das profundas mudanças desencadeadas pelo projeto desenvolvimentista posto em prática pela ditadura militar, o que, nas palavras de Santos (1985), levaria ao declínio da *ordem regulada*. Entretanto, a desarticulação desta matriz ainda não se constituía em objeto de uma política deliberada do governo, passando a ser percebida como condição necessária para o ingresso numa nova fase. A meta do desmonte do legado do passado só seria claramente explicitada

com a ascensão de Fernando Collor à presidência da República, no limiar dos anos 1990. E só se tornaria prioritária, assumindo o primeiro plano da agenda pública, com a eleição, em 1994, do presidente Fernando Henrique Cardoso, à frente de uma ampla coalizão de centro-direita, num embate eleitoral durante o qual se desagregaria a antiga coalizão desenvolvimentista.

No limiar do terceiro milênio, as mudanças postas em prática pelas novas elites dirigentes, por sua amplitude e abrangência, tornaram-se irreversíveis. Em consequência, tornou-se anacrônica qualquer perspectiva de regresso ao passado². De forma similar, perderam atualidade os velhos paradigmas para interpretar o presente e apontar novas alternativas. Resgatar antigos modelos tornou-se, portanto, uma saída historicamente descartada. Efetivamente, esgotaram-se os três paradigmas dominantes no passado recente, vale dizer, o nacional-desenvolvimentismo, as diretrizes neoliberais consagradas pelo consenso de Washington e o modelo social-democrata. Desta forma, impunha-se a busca de novas estratégias para enfrentar os desafios pós-reformas orientadas para o mercado.

A profundidade das mudanças e sua irreversibilidade criaram a expectativa de que a estratégia neoliberal teria assegurado um largo futuro pela frente. Entretanto, o desgaste desta estratégia começaria pouco tempo depois da reeleição de Fernando Henrique Cardoso, cujo segundo mandato (1999-2003) transcorreria sob crescente perda de popularidade.

Assim é que o quarto ponto de inflexão pode ser localizado no ano de 2001, quando se observa o aprofundamento do processo de erosão da coalizão neoliberal, cujos primeiros sintomas remontam às eleições presidenciais de 1998. O resultado foi a ruptura do consenso em torno da estabilidade e do ajuste fiscal como prioridades absolutas da agenda pública. Difunde-se a percepção de que as políticas neoliberais tiveram um alto custo social, gerando efeitos perversos de grande impacto, como os altos índices de desemprego, a recessão, a redução do mercado formal de trabalho (eliminação de cerca de dois milhões de empregos formais na indústria) e a destruição do já precário sistema de proteção social ligado ao padrão anterior.

² Em maio de 2000, em entrevista à revista Carta Capital, reproduzida em 1 de dezembro de 2004 pela mesma revista, o economista brasileiro, Celso Furtado (falecido em novembro de 2004), indagado sobre as perspectivas de uma eventual vitória da esquerda nas eleições presidenciais de 2002, ressaltou que o governo não teria margem de manobra para alterar substancialmente os rumos da economia, dadas as restrições externas e as políticas postas em prática a partir de meados dos anos 90. (Carta Capital, Ano XI 319:46-50).

Verifica-se a partir de então uma forte demanda por um projeto de desenvolvimento sustentado como condição para a saída do impasse em que se encontrava o país, prisioneiro do falso dilema estabilização x desenvolvimento. A ênfase se desloca para temas como a retomada do crescimento econômico e políticas de geração de emprego. Persiste a defesa de uma política firme de estabilização, porém como âncora de um programa de desenvolvimento mais equitativo, abrindo espaço para políticas de combate à desigualdade e à exclusão social. Observa-se gradualmente a formação de uma nova coalizão política e de um novo consenso em torno do imperativo de uma inflexão na política macroeconômica, tendo em vista a inclusão de novas prioridades na agenda: crescimento econômico e geração de emprego, associados à formulação de uma nova estratégia de inserção internacional, metas crescentemente percebidas como interdependentes de acordo com as novas diretrizes.

O quinto ponto de inflexão se dá entre 1995-2002. Nesse momento um novo fator relevante, embora nem sempre lembrado, foram as transformações no pensamento da esquerda em geral e, mais especificamente, nas formulações políticas da corrente dirigente do PT (Partido dos Trabalhadores). Tal mudança pode ser situada sobretudo a partir de 1995, logo após a derrota de Lula para Fernando Henrique Cardoso, nas eleições de 1994.

A execução do programa de reformas orientadas para o mercado, sob o governo Fernando Henrique Cardoso, alcançou, como foi ressaltado, uma grande amplitude em relação ao impulso inicial dado por Fernando Collor, radicalizando-se, em consequência, o corte com o passado. Tem início uma fase de intensa desconstrução legal e institucional, que abriria o caminho para a refundação do Estado e da sociedade, de acordo com os novos parâmetros consagrados pelo *mainstream* internacional. No decorrer do processo de reestruturação produtiva que se verificou, uma parte expressiva do empresariado nacional foi duramente atingida, o que se manifestou pelo grande número de falências e concordatas, levando inclusive ao desaparecimento de empresas emblemáticas do período desenvolvimentista. Por outro lado, o segmento que se expandiu viu fortalecer-se sua posição aprofundando seus vínculos com o setor transnacional. Para este segmento, o futuro estaria naturalmente atrelado ao êxito da estratégia dominante. Entretanto, a incapacidade do governo de romper com as amarras da estagnação e da vulnerabilidade externa da

economia terminaria por abalar a confiabilidade daquela estratégia até mesmo junto a alguns dos novos grupos empresariais, aumentando a margem de descontentamento.

Ao mesmo tempo, o enfraquecimento dos sindicatos, no decorrer dos anos 90, levou ao esvaziamento da combatividade do movimento dos trabalhadores, eliminando um dos principais focos de resistência ao poder empresarial. O êxito das reformas produziu uma espécie de paz social forçada, pela perda de poder de fogo do sindicalismo. Ademais, as forças de centro-direita experimentaram um longo período de supremacia política, o que reforçou-lhes a auto-confiança no embate eleitoral. Sob tais condições, as flutuações das lides democráticas e a incerteza típica de um processo eleitoral mais livre e competitivo apareceriam para as elites como um jogo relativamente seguro.

De forma similar, no plano internacional, a queda do muro de Berlim e o fim da guerra-fria provocaram um retraimento da esquerda em escala mundial. Na mesma linha, internamente, as reformas liberais do governo Fernando Henrique impuseram à esquerda uma postura defensiva. A posição do Partido dos Trabalhadores, que no início dos anos 80 era percebida como progressista, ou até mesmo de vanguarda, passa a ser vista com desconfiança, durante a hegemonia do pensamento neoliberal nos anos 90. O discurso modernizante passou a ser o do governo, realizador das reformas liberais, única via capaz de inserir o país na ordem mundial globalizada. O discurso contrário foi insistentemente apontado como ultrapassado, expressão de um pensamento extemporâneo, sendo seus defensores identificados como retrógrados. Segundo o discurso oficial, com amplo respaldo da mídia, os grupos de esquerda em geral seriam estigmatizados como “vanguarda do atraso”. Além disso, a oposição, incluindo o PT, não foi capaz de antepor ao pensamento dominante um projeto alternativo para o país.

Algumas lideranças do PT perceberam esta defasagem e defenderam a necessidade do partido rever suas posições e formular uma nova estratégia. Instaurou-se uma polêmica entre suas principais correntes. Alguns setores advogavam uma renovação interna profunda preconizando reformas sociais dentro dos marcos do sistema capitalista, abrindo mão de qualquer tentativa de ruptura. Outros insistiam na validade das teses socialistas, o que se tornava, naquele contexto, uma postura pouco convincente, dado o colapso do socialismo em âmbito mundial. Efetivamente, àquela altura, a plataforma socialista parecia historicamente anacrônica, presa a um passado que não mais podia ser recuperado.

Estas transformações foram detectadas por um dos segmentos mais influentes do PT. Assim, por exemplo, em artigo publicado na revista Teoria e Debate, em 1997, Luiz Dulci, então secretário de cultura de Belo Horizonte e alto dirigente nacional do PT, pertencente à corrente articulação, reconhecendo as profundas mudanças pelas quais passara a sociedade brasileira, defende a necessidade de uma nova postura do partido para enfrentar os desafios daquele momento: “(...) desde 89, carecemos de verdadeira estratégia global, naquele sentido forte, substantivo, de um projeto alternativo coerente e de um caminho sócio-político definido para tentar viabilizá-lo”³. A valorização da política, no contexto democrático, a relevância da negociação e da tática de alianças e acordos foram alguns dos principais aspectos desta mudança de percepção.

Um momento importante na luta interna entre as diversas correntes foi, como foi ressaltado, o ano de 1995, quando a liderança Lula/ José Dirceu vence as eleições para a direção do partido, cabendo a Dirceu a presidência do PT, sendo Lula nomeado presidente de honra. Em síntese, como argumenta Palermo (2003:25), “(...) já por volta de fins dos anos 90, levando em conta a evolução programática de longo prazo do partido que se expressa em documentos, declarações e tomadas de posição de dirigentes destacados, registrava-se um progressivo distanciamento da temática socialista (o que pode ser exemplificado) pelo documento *Um Outro Brasil é Possível*, de junho de 2001”.

Este processo de reformulação avançou progressivamente, evoluindo para uma visão mais moderada e gradualista da transição para um novo modelo. A ampla aceitação das reformas de mercado por segmentos expressivos da sociedade brasileira foi em parte responsável por esta mudança de postura. Além disso, os incentivos eleitorais agiram também no sentido de estimular o partido a caminhar para o centro, moderando suas posições políticas. Isto ficou claro na campanha eleitoral para a presidência da República, em 2002⁴, tal como se depreende da leitura de um dos principais documentos do PT, A

³ Dulci (1997), [http:// www.fabramo.org.br/td/nova_td/td34/td34_debate04.htm](http://www.fabramo.org.br/td/nova_td/td34/td34_debate04.htm) Consultado em 15/08/2003.

⁴ Em junho de 2002, na *Carta ao Povo Brasileiro*, o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, declarava seu compromisso com uma transição moderada para o novo modelo, combinando crescimento com estabilidade econômica e responsabilidade fiscal. Neste documento, defendia também o respeito aos contratos e acordos internacionais, tal como se depreende das seguintes passagens: “O PT e seus parceiros têm plena consciência de que a superação do atual modelo, reclamada enfaticamente pela sociedade, não se fará num passe de mágica, de um dia para o outro. Não há milagres na vida de um povo e de um país. Será necessária uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica. O que se fez ou se deixou de

Carta ao Povo Brasileiro. Para os partidos de centro-direita e os setores conservadores, o discurso moderado, por sua vez, contribuiu para transformar os líderes petistas e o próprio partido num interlocutor mais confiável. Assim, ao longo deste período, o fosso entre esquerda e direita reduziu-se substancialmente⁵.

O sexto ponto de inflexão pode ser localizado entre 1998 e 2002. Neste período se observa a ruptura do pacto governo-empresários. A partir do início do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, um importante segmento do empresariado assume uma postura de protesto, advogando a necessidade de se introduzir novas prioridades na agenda governamental. A cisão do pacto governo-empresários se manifestou abertamente, pela primeira vez, nas eleições de 1998, quando se verificou um movimento de certa amplitude, liderado pela FIESP e pelo IEDI, ressaltando a relevância de uma revisão da política econômica em nome da retomada do crescimento. Entretanto, com o impacto das crises de 1998-1999, houve uma rearticulação do pacto entre as elites empresariais e o governo em favor da preservação dos fundamentos macroeconômicos: estabilidade dos preços,

fazer em oito anos não será compensado em oito dias. O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade. Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As crescentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e do clamor popular pela sua superação (...) Não importa a quem a crise beneficia ou prejudica eleitoralmente, pois ela prejudica o Brasil. O que importa é que ela precisa ser evitada, pois causará sofrimento irreparável para a maioria da população. Para evitá-la, é preciso compreender que a margem de manobra da política econômica, no curto prazo, é pequena (...) Estamos conscientes da gravidade da crise econômica. Para resolvê-la, o PT está disposto a dialogar com todos os segmentos da sociedade e com o próprio governo, de modo a evitar que a crise se agrave e traga mais aflição ao povo brasileiro (...) A questão de fundo é que, para nós, o equilíbrio fiscal não é um fim, mas um meio. Queremos equilíbrio fiscal para crescer e não apenas para prestar contas aos nossos credores. Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos.” São Paulo, 22 de junho de 2002: [http:// www.iisg.nl/collections/carta_ao_povo_brasileiro.pdf](http://www.iisg.nl/collections/carta_ao_povo_brasileiro.pdf) (acesso em 6 de janeiro de 2005).

⁵ A revista *Veja*, de ampla circulação no país, em sua edição de 25/09/2002:38-41, assim se referiu à postura moderada de Lula e do PT, durante a campanha eleitoral: “É cada vez menor o número de pessoas que duvidam dos compromissos democráticos do Partido dos Trabalhadores e de seu candidato à Presidência. A maneira inequívoca com que Lula se comprometeu durante a campanha a manter intocados os fundamentos da estabilidade econômica também convenceu boa parte do eleitorado, conforme mostram as pesquisas de intenção de voto. Lula é aplaudido nos encontros com banqueiros, empresários e pecuaristas (...) Durante os últimos meses, Luiz Inácio Lula da Silva foi muito firme na definição de suas posições. Ex-operário, ex-líder sindical a principal figura de um partido fundado com orientação socialista, Lula não hesitou em rever, ponto por ponto, vários itens de sua cartilha ideológica. Prometeu pagar a dívida externa, cumprir metas do FMI, manter as privatizações” (citado em Paulo, M. S. *Trajetória do Partido dos Trabalhadores: Da fundação à vitória presidencial*, dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, IFCS, UFRJ: 90)

austeridade fiscal e equilíbrio das contas públicas. A partir do início da década de 2000, as dissidências se aprofundam mais uma vez e um importante segmento do empresariado se afasta do governo e caminha para uma postura francamente crítica. Durante a campanha eleitoral de 2002, embora expressivos integrantes da elite empresarial, como Antônio Ermírio de Moraes (do grupo Votorantim), Paulo Cunha (Ultra), Pedro Moreira Salles (Unibanco), Paulo Setúbal (Itaú), Fernão Bracher (BBA), Carlos Alberto Vieira (Safra), entre outros, tenham sido mencionados pelos jornais como favoráveis a José Serra, circulou pela imprensa, entre 29 e 30 de julho de 2002, um manifesto de apoio de um grupo de empresários a Lula. Entre os signatários, aparecem os nomes de Antoninho Marmo Trevisan (consultor), José Pessoa de Queiroz Bisneto (grande empresário do setor de açúcar e álcool), Lawrence Pih ((Moinho Pacífico, trigo), Oded Grajew (presidente do Instituto Ethos de Responsabilidade Social), Michael Haradom (Fersol, defensivos agrícolas), Hélio Cerqueira (estacionamentos Estapar), Paulo Feldman (auditoria Ernst & Young), Suely Solferini, José Carlos de Almeida e Jorge Luiz Numa Abrahão, entre outros.⁶

Deste modo, a partir de meados de 2002, quando a campanha eleitoral se torna mais intensa, a insatisfação com o governo Fernando Henrique Cardoso já havia alcançado grande amplitude. A rejeição do candidato situacionista torna-se também crescentemente visível. A opinião pública vinculou suas expectativas de mais emprego e crescimento econômico à reformulação da política econômica, associando-a, por sua vez, a uma mudança de governo. Neste sentido, mudar o rumo, na percepção do eleitor, implicaria a mudança das elites no poder.

O conjunto destes fatores expressa a profundidade das transformações que ocorreram durante a última década do século passado. Como ressaltai em outro trabalho (Diniz:2004), é este processo de longo prazo, no decorrer do qual se tornou possível e

⁶ Ver, por exemplo, Folha de São Paulo, 30 de julho de 2002, O Globo, 29 de julho de 2002. Em O Globo on line, de 30 de julho de 2002 (<http://oglobo.com/plantao/35364172.htm>, acessado em 30-07-2002), o Manifesto dos Empresários foi transcrito integralmente. Veja-se o seguinte trecho: “Sob o nosso ponto de vista, o atual modelo econômico, apesar do relativo sucesso do controle da inflação, apresenta índices de crescimento insuficientes, não atende às necessidades sociais e pratica uma política de juros altos que inviabiliza os investimentos produtivos. As universidades brasileiras estão sendo sucateadas e os centros de pesquisas, abandonados. O programa de privatizações consolidou uma desnacionalização de empresas de setores-chave da nossa economia sem precedentes. Além disso, o atual modelo econômico adotou uma política de submissão, abrindo nosso mercado de forma predatória e fazendo com que nossas empresas concorram em total desigualdade com suas congêneres de outros países. Uma concorrência desleal que leva ao fechamento de milhares de empresas, diminui os postos de trabalho e aumenta o desemprego em todos os setores da economia.”

viável a construção de uma nova coalizão unida pela aspiração de mudança, o que explica a vitória de Lula nas eleições de 2002. Esta não pode, portanto, ser entendida apenas como um fenômeno de natureza conjuntural, que se explicaria simplesmente pelas crises internas e externas do momento, ou pela estrutura de *marketing* utilizada na campanha eleitoral.

Empresário e Estado: a tensão entre continuidade e mudança durante o governo Lula

Como foi ressaltado no início deste trabalho, a vitória de Lula, nas eleições presidenciais de 2002, representou um marco na construção da democracia sustentada no Brasil, implicando a plena aceitação do princípio da alternância do poder⁷. Ao contrário do que ocorreu nas eleições anteriores, Lula adotou, com o respaldo da direção do PT, uma postura moderada, acenando com uma gradual e ordenada transição para o novo modelo, sem ruptura dos contratos e compromissos internacionais. Importante nesta trajetória foi, externamente, a busca de confiabilidade junto às instituições financeiras internacionais e, internamente, a conquista da confiança do setor privado. Um passo fundamental nesta estratégia de moderação e de conquista do centro foi a decisão de aliar-se ao Partido Liberal (PL), convidando o então senador liberal mineiro, José de Alencar, para o cargo de vice-presidente da chapa do PT. Empresário, dono da Coteminas, um dos maiores grupos do setor têxtil do país, José de Alencar significaria, na avaliação dos mentores da campanha, um primeiro esforço na estruturação do pacto capital-trabalho, meta do governo Lula, em caso de vitória nas urnas. Um segundo momento significativo foi a elaboração da já mencionada *Carta ao Povo Brasileiro*, que veio a público em 22 de junho de 2002, dando destaque aos compromissos com a preservação da estabilidade econômica, responsabilidade fiscal e respeito aos contratos firmados com os credores internacionais, o que implicaria a manutenção de superávits primários elevados⁸. A seguir, em julho de 2002, foi apresentado o programa de governo, de teor bem mais moderado do que os anteriores e, finalmente, em agosto, foi divulgada a *Nota sobre o Acordo com o FMI*, pela qual o partido se

⁷ Em 2002, Lula obteve 46,4% dos votos no primeiro turno e 61,3% dos votos no segundo turno contra 23,2% e 38,7% dos votos obtidos por José Serra, seu principal adversário, respectivamente no primeiro e no segundo turnos. Além disso, o PT conquistou o maior número de cadeiras na Câmara dos Deputados, 91 cadeiras ou 17,7%.

⁸ Ver nota 5.

comprometia a respeitar o acordo com o FMI negociado, como já foi ressaltado, no final do governo Fernando Henrique⁹.

Lula foi eleito por uma ampla coalizão, reunindo os votos tradicionais da esquerda e os de inúmeros outros setores descontentes com o modelo neoliberal posto em prática ao longo dos anos 90, aí incluindo setores do empresariado e da classe média. Obtendo, no segundo turno, 61,3% dos votos válidos (cerca de 53 milhões de eleitores), contra 38,7% de votos alcançados por José Serra, - o candidato do governo e seu principal adversário - em eleições caracterizadas por uma alta taxa de comparecimento às urnas, Lula canalizou as aspirações por mudanças nos rumos da economia e da política. Evidentemente, o grau e o tipo de mudanças não seriam uniformes, apresentando distinções entre os vários segmentos deste amplo e heterogêneo conjunto de eleitores.

Uma vez no poder, o governo Lula, em seus primeiros dois anos de mandato, esteve marcado por uma forte tensão entre continuidade e mudança. Esta última manifestou-se sobretudo na área da política externa, conduzida de forma eficiente pelo Ministro das Relações Exteriores, embaixador Celso Amorim.¹⁰ Em segundo lugar, deve ser ressaltado o esforço de abrir um espaço e criar condições institucionais para a execução de uma política industrial afirmativa.

Por outro lado, considerando a política macroeconômica - estratégica para definir os parâmetros a que deve subordinar-se o conjunto do governo - prevaleceram as linhas de continuidade, sobretudo em relação ao segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. Desta forma, sob a direção do Ministro da Fazenda, o médico Antônio Palocci Filho, à frente de uma equipe formada basicamente por técnicos de fácil trânsito nos círculos financeiros e do Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles¹¹, ex-presidente mundial do Bank Boston, ligado ao setor banqueiro, o governo adotou uma política monetária e fiscal austera para enfrentar a chamada crise de credibilidade. Esta política manifestou-se pela prioridade às metas de estabilização, combinando câmbio flutuante com livre movimento de capitais, a manutenção do regime de metas de inflação e políticas fiscais

⁹ Ver Partido dos Trabalhadores-PT *Programa de Governo 2002*, julho, 2002 e *Notas sobre o Acordo com o FMI*, 8 de agosto de 2002.

¹⁰ Ver Diniz, Eli (2003), disponível em www.ie.ufrj.br/aparte e publicado em espanhol no número de setembro-outubro de 2004 do Boletín Brasil, do Centro de Estudios Brasileños Ortega y Gasset, dirigido pelo prof. Julimar da Silva Bichara,

¹¹ Deve ser ressaltado que o novo presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, manteve, inicialmente, todos os integrantes da diretoria anterior do órgão, em mais uma demonstração de continuidade.

altamente restritivas, aumentando inclusive a taxa básica de juros (SELIC) dos 25% vigentes no início do governo para 26,5% ao ano, tres meses depois. Na área fiscal, decidiu-se elevar o superávit primário para 4,25% do PIB, um valor superior ao acordado com o FMI pelo governo anterior¹². Com respeito às reformas estruturais, comprometidas com o equilíbrio das contas públicas e a criação de um ambiente institucional favorável à operação dos mercados, foram aprovadas, no Congresso, as reformas previdenciária e tributária, encontrando-se ainda em tramitação, o projeto destinado a conferir autonomia ao Banco Central. A meta, portanto, seguiria sendo a redução da dívida pública por meio da obtenção de superávits primários altos e continuados¹³.

A aproximação com o empresariado transparece não só pela presença de José de Alencar na vice-presidência do país, mas também pela indicação de dois outros empresários para integrar a equipe ministerial. Assim, a pasta da Agricultura ficou com Roberto Rodrigues, então presidente da ABAG (Associação Brasileira de Agribusiness, um dos segmentos mais dinâmicos da agricultura brasileira), enquanto para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) foi designado o empresário Luiz Fernando Furlan (presidente do Conselho de Administração da Sadia, grande grupo fabricante e exportador, do ramo alimentício).

Para a presidência do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), principal órgão de financiamento público do Brasil, foi designado o economista e então reitor da UFRJ, Carlos Lessa, conhecido por suas posições desenvolvimentistas e favoráveis ao fortalecimento do parque produtivo nacional¹⁴. Durante sua gestão, o BNDES

¹² As linhas mestras da política econômica do governo estão contidas no documento *Política Econômica e Reformas Estruturais*, do Ministério da Fazenda, de abril de 2003. Também estão explicitadas nas diversas cartas de intenção encaminhadas ao FMI.

¹³ O governo anunciou para os anos de 2003 e 2004 as metas de inflação de 8,5% e 5,5%, respectivamente, o que representou um acentuado declínio em relação à taxa observada em 2002, reforçando, portanto, a política antiinflacionária. Ordenou cortes do gasto público para viabilizar o objetivo fiscal e colocou na Lei de Diretrizes Orçamentárias o objetivo de manter a mesma meta fiscal, de 4,25% do PIB de superávit primário, para o período de 2004-2006 (Giambiagi, 2005:206).

¹⁴ Em entrevista à revista Caros Amigos (Ano VIII, Nº 93/dez.2004: 32-34), após ter sido demitido, o prof. Lessa assim se expressou: “(...) estou absolutamente convencido (...) de que o Brasil tem de mergulhar pesado na discussão da questão nacional e na discussão da questão popular (...) sou neonacionalista (...) Neonacionalista no seguinte sentido: Os interesses nacionais têm de prevalecer sobre todos os demais. Certas empresas são estratégicas. A Vale do Rio Doce é estratégica para o Brasil, então não podemos permitir que ela vire uma multinacional. Essa foi uma das brigas enormes”. Em entrevista à revista Carta Capital (24/11/2004: 24-30), identificou como desenvolvimentistas no governo: “ (José) Dirceu, (José) Fritsch, Celso

assume um papel importante de coordenação de políticas na confluência de três aspectos fundamentais do governo Lula, sob a supervisão dos ministérios das Relações Exteriores e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior: a busca de um novo padrão de inserção internacional, uma política de comércio exterior mais assertiva de diversificação das relações comerciais do Brasil com o exterior e uma política industrial ativa. Um dos instrumentos dessa nova postura foi a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), elaborada logo no primeiro ano do governo Lula¹⁵.

Carlos Lessa permaneceu no cargo por dois anos, ao longo dos quais sua gestão foi objeto de muita polêmica e alvo de muitas pressões, sendo sua provável demissão inúmeras vezes anunciada pelos meios de comunicação. Tendo sido finalmente demitido em 18 de novembro de 2004, apesar de sua gestão voltada para o fortalecimento do parque produtivo brasileiro e da importância atribuída à política industrial, Lessa não recebeu manifestações significativas de solidariedade da classe empresarial¹⁶.

Um novo desenho institucional no interior do aparato estatal: governança econômica e política industrial

Amorim, José Alencar, Dilma Rousseff, o ministro da Saúde (Humberto Costa) e o ministro da Educação (Tarso Genro). Agora, onde é que está o poder? O poder está nos donos do “não”. O poder está na Fazenda, porque a Fazenda pode dizer não. E está com a Marina (Silva), porque diz o não ecológico.”

¹⁵ MDIC, *Diretrizes da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior*, novembro de 2003 (<http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/ascom/apresentacoes/diretrizes.pdf>)

¹⁶ Em sua edição de 19 de novembro de 2004, a Folha de São Paulo publicou declarações de empresários mostrando como o setor estava dividido em relação à demissão de Lessa, sendo poucas as demonstrações de apoio. Assim, na avaliação do presidente da CNI, Armando Monteiro Neto, os atritos entre o ex-presidente do BNDES e alguns membros do governo Lula teriam sido razão suficiente para o afastamento de Lessa do cargo: “Sempre tivemos, na CNI, um grande apreço pela diretoria do BNDES e pelo professor Lessa, mas entendo que não é possível existir, no âmbito da própria equipe do governo, discussões sobre os rumos da política econômica”. Em sua nota, também o novo presidente da FIESP, Paulo Skaf, assumiu um tom neutro: “A passagem de Carlos Lessa pelo BNDES foi marcada por seu estilo próprio de trabalho, tendo cumprido sua missão (...) Por outro lado, já olhando para o futuro, Guido Mantega (ex-ministro do Planejamento e o novo presidente do BNDES) é igualmente íntegro, preparado e com muito trânsito no governo”. Cláudio Vaz, presidente do CIESP (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo), fez críticas à atuação de Lessa: “O Lessa é um acadêmico que tem história importante no pensamento moderno do país. Agora, como executivo, ele não tem experiência. O BNDES precisa de pensadores e operadores. O Guido Mantega já é mais integrado com a equipe econômica”. Paulo Godoy, presidente da ABDIB, disse apenas que “a troca de diretores e presidentes em órgãos públicos é natural”. Abram Szajman, presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, afirmou que “Infelizmente, há muitos anos, o BNDES vem financiando pouco o pequeno empresário do setor de comércio e serviços. Esperamos que, com o novo presidente, o banco venha a dar mais atenção a esses empreendedores”. Finalmente, o presidente da ABIMAQ (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos), Newton de Mello, teve uma posição distinta e lamentou a substituição de Lessa: “Era um nacionalista que defendia o investimento produtivo. Vemos com preocupação a sua saída”.

A preocupação com a incorporação política do setor produtivo e a criação de novos fóruns de negociação aparece ainda em outro tipo de iniciativa do governo. Trata-se do esforço de construir uma nova estrutura institucional com a finalidade de acomodar interesses divergentes e construir consensos em torno da necessidade de implantar uma política industrial ativa e de lançar os fundamentos de uma política de comércio exterior mais assertiva, buscando uma inserção mais autônoma do país no mercado internacional.

Assim que tomou posse, o presidente Lula anunciou a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), para institucionalizar um espaço de negociação entre Estado e sociedade civil. Um grande número de empresários foi convidado para integrar o Conselho, que teve a seguinte composição: o Presidente da República, que o preside, o Ministro Tarso Genro, seu secretário-executivo¹⁷, e mais 11 ministros, e 90 representantes da sociedade civil, entre os quais, 41 empresários, 13 sindicatos de trabalhadores, 11 movimentos sociais, 10 personalidades, 3 entidades de classe, 2 representantes da cultura, 2 religiosos e 7 representantes das regiões Norte e Nordeste (www.cdes.gov.br). Entre os empresários, podem ser citados Antoninho Marmo Trevisan, da Trevisan Associados, Eduardo Eugênio Gouveia Vieira, presidente da FIERJ, Horácio Lafer Piva, então presidente da FIESP, Eugênio Staub, presidente da Gradiente e membro do Conselho do IEDI, Jorge Gerdau Johannpeter, presidente do grupo Gerdau, Abílio Diniz, presidente do grupo Pão de Açúcar, Benjamim Steinbruch, presidente da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional e membro do Conselho do IEDI), Reinaldo Campos Soares, presidente da Usiminas, Pedro Jeressaiti, presidente da Telemar, todos grandes empresários de visibilidade nacional.

Nessa mesma linha, foi criado, em fins de 2004, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI)¹⁸, órgão de caráter consultivo para formular as

¹⁷ Posteriormente, por ocasião da primeira reforma ministerial do governo, Tarso Genro foi deslocado para o Ministério da Educação e o Ministro Jacques Wagner assumiu a Secretaria do CDES. Em artigo publicado no jornal O Globo, em 08/01/2005, o novo Ministro ressalta os resultados do Conselho em seus dois primeiros anos de funcionamento e afirma: “A participação da sociedade é cada vez mais exigida como requisito aos financiamentos internacionais a projetos governamentais. A experiência brasileira com o Conselho foi relatada na Argentina e, agora, será apresentada ao novo governo uruguaio. Existe uma rede mundial em que os Conselhos Econômicos e Sociais, em mais de 60 países, estimulam a *interface* entre a sociedade civil e os agentes públicos, como forma de projetar diretrizes para o desenvolvimento (...) a tarefa do CDES é, justamente essa, viabilizar um grande acordo social, via construção de uma agenda nacional de desenvolvimento”.

¹⁸ O CNDI foi criado pela lei nº 11080, de 30 de dezembro de 2004 e regulamentado pelo decreto nº 5353, de 24 de janeiro de 2005.

diretrizes da política de desenvolvimento industrial, vinculado à Presidência da República e presidido pelo Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Cabe ao CNDI subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento industrial, às atividades de infra-estrutura, à normalização de medidas que permitam maior competitividade das empresas e ao financiamento das atividades empreendedoras. O Conselho, que iniciou informalmente suas atividades desde abril de 2004, é composto por 13 ministros e pelo presidente do BNDES, por 11 empresários e 3 representantes dos trabalhadores.¹⁹ As reuniões do CNDI deram origem a uma série de medidas de interesse do setor produtivo, entre as quais o Reporto, a desoneração de bens de capital mediante redução do prazo para aproveitamento de crédito de PIS/Cofins, a depreciação acelerada para bens de capital a ser descontada na CSLL e o projeto de lei complementar para microempreendedores com receita bruta anual até R\$ 36 mil.

No mesmo período, deve ser destacada a criação de uma agência executiva: a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI)²⁰, integrada pelos ministros de Desenvolvimento; Ciência e Tecnologia; Planejamento; Casa Civil; Agricultura, além do ministro de Integração Nacional e dos presidentes do BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. O objetivo desta agência é o de executar e articular ações e estratégias da política industrial por meio do apoio ao desenvolvimento do processo de inovação e do fomento à competitividade do setor produtivo.

Na área da política exterior, a CNI está presente, dirigindo a Secretaria Executiva da Coalizão Empresarial Brasileira (Ceb), organização de caráter voluntário, criada em 1996, “que agrega empresários e organizações empresariais com o objetivo de coordenar o

¹⁹ São os seguintes os empresários integrantes deste Conselho: Armando Monteiro Neto (presidente da CNI), Marcos Vinícius Pratiní de Moraes (presidente da ABIEC), Eugênio Staub (presidente da Gradiente e conselheiro do IEDI), Jorge Gerdau Johannpeter (presidente do grupo Gerdau e conselheiro do IEDI), Osmar Zogbi (Bracelpa e Ripasa), Luiz Carlos Delben Leite (presidente da ABIMAQ), Maurício Botelho (presidente da Embraer), Josué Gomes da Silva (presidente da ABIT, da Coteminas, diretor-geral do Conselho do IEDI, membro do Conselho Superior Estratégico da Indústria da FIESP e vice-presidente do Conselho Superior do Comércio Exterior/COSCEX), Paulo Godoy (presidente da ABDIB) e Amarílio Proença de Macedo (presidente da J. A. Macedo e conselheiro do IEDI). Pelos trabalhadores participam: Luiz Marinho (CUT), Antônio dos Santos Neto (CGTB) e João Carlos Gonçalves (Força Sindical). http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/ascom/noticias/noticia.php?cd_noticia=6297. Acesso em 16/02/2005.

²⁰ A ABDI foi criada pela lei nº 11080, de 30 de dezembro de 2004 e regulamentada pelo decreto nº 5352, de 24 de janeiro de 2005. Ver http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/ascom/noticias/noticia.php?cd_noticia=6297 Acesso em 16/02/2005.

processo de influência do setor empresarial brasileiro nos processos de negociações comerciais internacionais em que o Brasil está envolvido, buscando a formação do consenso interno, o estabelecimento de canais de diálogo com o governo brasileiro e a atuação coordenada em foros empresariais internacionais”.²¹ A Ceb age de diversas maneiras, disseminando informações, organizando grupos de trabalho temáticos, realizando reuniões para o diálogo com os negociadores brasileiros em acordos internacionais, ou ainda para definir estratégias de atuação em fóruns internacionais, tais como o Fórum Empresarial das Américas e o Fórum Empresarial Mercosul-Europa. Em sua estrutura, está sob a direção do Conselho de Orientação Estratégica (COE), conselho composto por 24 membros representando as organizações empresariais de cúpula e entidades setoriais com relevante participação no comércio exterior brasileiro. Trata-se de uma importante instância de articulação institucionalizada com as agências governamentais da área de relações exteriores.

Finalmente, foi criado também o Fórum Nacional do Trabalho, ligado ao Ministério do Trabalho e do Emprego. Este está composto por 24 integrantes do governo federal, 24 trabalhadores e 24 empresários. Seu objetivo é promover o debate em torno da reforma da legislação sindical e trabalhista, buscando um consenso em torno dos principais elementos daquela que constitui uma das mais polêmicas entre as agendas de reformas.

Os empresários avaliaram de maneira positiva este esforço de aproximação. Assim, por exemplo, em entrevista realizada com o diretor-executivo do IEDI, em fevereiro de 2005, este ressaltou que o governo Lula se distingue bastante do anterior no que se refere às relações com o empresariado, sobretudo o setor dos grandes empresários nacionais que fazem parte do IEDI. Em suas palavras: “Há uma diferença de visão deste governo com relação à economia do país e ao papel do empresário nacional. As portas que o governo abre são muitas. O diálogo é sempre muito bom. Para este governo, é importante manter uma boa relação com os empresários. O ministro José Dirceu, o Ministro Furlan, o ministro Eduardo Campos (Ciência e Tecnologia), o ministro Celso Amorim (relações Exteriores), o ministro Roberto Rodrigues (Agricultura), o ministro Luiz Gushiken (Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica), todos têm uma visão muito mais clara da

²¹ <http://www.negociacoesinternacionais.cni.org.br/negocia.nsf/ceb.htm> Acesso em 02/03/2005.

importância da empresa e do empresariado nacional. O Presidente Lula está sempre pronto ao diálogo com os empresários, muitas vezes procura os empresários (...). O diálogo do governo com os empresários, hoje, é mais institucionalizado do que no passado recente (...) O Presidente, além disso, tem a visão da importância do comércio exterior para o desenvolvimento do país. O Presidente tem uma agenda comercial a que efetivamente atribui relevância (...) O IEDI está totalmente favorável à política externa do país e concorda que o interesse comercial do país deve estar em primeiro lugar”.²²

Os pilares da política macroeconômica, o grande fator de continuidade: metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário

Como foi ressaltado, o governo Lula adotou uma linha de continuidade em relação à política macroeconômica do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. Seus suportes seriam o regime de metas de inflação, a manutenção de taxas de juros excessivamente elevadas, o câmbio flutuante e uma política fiscal dominada fundamentalmente pelo objetivo do controle do ritmo de crescimento da dívida pública, implicando a prevalência de metas de superávit primário suficientes para estabilizar, e eventualmente diminuir, a relação dívida/PIB²³.

As altas taxas de juros representaram um permanente ponto de atrito com diferentes setores da sociedade e, particularmente, com diversos segmentos do empresariado industrial. A partir de meados de 2003, as autoridades monetárias iniciaram uma gradual diminuição da taxa básica de juros, que foi reduzida em 10 pontos percentuais, chegando a 16,5% no final daquele ano. Esta diminuição não foi, porém, suficiente para estimular os investimentos e o aumento da produção, ou ainda para reduzir o desemprego e manter estável a renda dos trabalhadores. O crescimento da economia em 2003 foi de apenas 0,5%, frustrando as expectativas de retomada do desenvolvimento e melhoria das condições de vida da população. Além disso, a dívida externa permaneceu em patamares muito elevados e o país persistiria extremamente vulnerável às condições externas.

²² Entrevista com o economista Júlio Sérgio Gomes de Almeida, diretor-executivo do IEDI, 15/02/2005.

²³ As características e as limitações desse tipo de orientação são discutidas com propriedade por Fernando Cardim de Carvalho em paper preparado para apresentação na Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), em 10/04/2006, “A Política Macroeconômica Brasileira: Uma Avaliação e Alternativas”.

A idéia de que, uma vez superadas as tormentas da crise de 2002, se iniciaria uma “fase 2”, em que o crescimento seria a meta do governo, desfez-se em virtude do agravamento da restrição monetária, de maneira mais intensa do que aconselharia uma visão moderada e cautelosa. Sob esse aspecto, o governo não ofereceu sinais consistentes com uma reorientação de conteúdo desenvolvimentista. O BNDES, em seu documento “*A retomada do desenvolvimento - diretrizes para a atuação do BNDES*” (www.bndes.gov.br) definiu um conjunto de políticas favoráveis ao desenvolvimento econômico do país. Na mesma linha, pode ser situado o Plano Plurianual do Governo (www.planalto.gov.br), reafirmando a meta de recuperação do crescimento com inclusão social e preservação da estabilidade baseada em sólidos fundamentos fiscais. Esse tipo de orientação não encontrou respaldo no já referido documento do Ministério da Fazenda “*Política econômica e reformas estruturais*” (www.fazenda.gov.br), o qual não apresenta nenhuma referência a qualquer flexibilização da política macroeconômica em seus fundamentos de austeridade fiscal, nem menciona a política industrial como preocupação do governo.

Alguns indícios posteriores eliminaram, aliás, qualquer dúvida sobre a possibilidade de uma atenuação da rigidez fiscal. Assim, em abril de 2004, o governo anunciou através da imprensa que o superávit acumulado pelo setor público no primeiro trimestre daquele ano alcançara R\$ 20,528 bilhões de reais, valor equivalente a 5,41% do PIB, superando, assim, a meta de 4,25% do PIB definida anteriormente pelas autoridades monetárias.

Ademais, qualquer tentativa de mudança mais expressiva esbarraria no enfoque conservador da equipe econômica concentrada nos altos escalões burocráticos do Ministério da Fazenda, Tesouro Nacional e Banco Central. Esta equipe se mantém insulada no comando da política macroeconômica, permanecendo relativamente impermeável às demandas e críticas dos setores favoráveis à flexibilização das políticas monetária e fiscal de forma a tornar viável a meta do desenvolvimento sustentado. Como superar as amarras dos superávits primários elevados, ser mais agressivo na redução dos juros e da carga tributária e criar as condições para aumentar os investimentos públicos e privados, eis as questões principais da pauta de demandas de diferentes setores da sociedade, incluindo segmentos expressivos do empresariado do setor produtivo e da intelectualidade do país²⁴.

²⁴ Intelectuais ligados ou não ao PT, notadamente no campo da economia e das ciências sociais, vêm manifestando críticas à política macroeconômica do governo. Veja-se, por exemplo, o livro recém-lançado, organizado pelos professores João Sicsú, José Luis Oreiro e Luiz Fernando de Paula, *Agenda Brasil, políticas*

Em outros termos, na discussão pública, ganhou destaque a idéia de que, a despeito da necessidade de o governo cumprir os compromissos externos, seria possível adaptar-se às circunstâncias mundiais sem abdicar das mudanças indispensáveis para corresponder ao mandato conferido pelas urnas. Para tanto, uma flexibilidade maior na condução da política fiscal e monetária seria necessária, mantendo-se um equilíbrio entre a preocupação com as contas públicas e a estabilidade monetária, por um lado, e a preocupação em não perder uma oportunidade de retomar o desenvolvimento, por outro²⁵.

Durante o primeiro ano do mandato, o alto custo social da política macroeconômica foi, aliás, um dos principais fatores de desgaste do governo diante da opinião pública, apesar da popularidade do Presidente ter continuado relativamente alta. Nos últimos meses de 2003, as pesquisas de opinião divulgadas pelos principais jornais do país deram destaque à preocupação crescente com o aumento do desemprego. Assim, por exemplo, no dia 2 de novembro, A Folha de São Paulo publicou os resultados da pesquisa Datafolha, levada a efeito em 130 municípios de todo o país, reforçando as conclusões a que haviam chegado levantamentos anteriores, indicando o desemprego como a principal preocupação da população. Entre os entrevistados, 46% apontaram o desemprego como o principal problema do país, superando a fome (apontada por 12%), a violência (indicada por 10%), e a saúde (também 10%). Além disso, para 25% dos entrevistados, aquela foi apontada como a área de pior desempenho do governo em seu primeiro ano, atingindo 54% os que avaliaram ruim ou péssima a atuação do governo no combate ao desemprego, em comparação com 50% no mês de agosto, e 43% em março de 2003. Em outros termos, na percepção da população, este se destacaria como o aspecto mais negativo do desempenho

econômicas para o crescimento com estabilidade de preços, no qual os autores defendem uma forma alternativa de controle da inflação, sem o recurso sistemático à elevação da taxa de juros e demais mecanismos do receituário ortodoxo, que bloqueiam os investimentos e impedem o crescimento.

²⁵ Assim, por exemplo, em sua coluna publicada toda quinta-feira, na Folha de São Paulo, o economista Paulo Nogueira Batista Júnior, em diferentes momentos, criticou o excesso de conservadorismo da política monetária e fiscal e, em particular, a rigidez do Banco Central. Também em vários de seus artigos publicados na Folha de São Paulo, o economista Bresser Pereira, ex-ministro da Fazenda no governo Sarney e ex-ministro da Administração e Reforma do Estado, no governo Fernando Henrique, alertou as autoridades monetárias para os riscos da política de altas taxas de juros do Banco Central (www.bresserpereira.org.br). Na mesma linha de crítica e destacando a existência de alternativas à política macroeconômica, podem ser citados os artigos do economista João Sabóia (www.ie.ufrj/aparte).

do governo, o que não parece ser mitigado pelos efeitos de políticas emergenciais, como o programa Fome Zero e demais políticas sociais compensatórias.²⁶

No segundo ano de mandato, durante o primeiro semestre de 2004, observou-se a redução da taxa básica de juros de 26,5% para 16%. A persistência da estabilidade macroeconômica, a redução da taxa de juros, o bom desempenho do setor exportador e as condições extremamente favoráveis do cenário internacional impulsionaram um forte crescimento da economia neste período, a partir de início de 2004. Os dados publicados pelo IBGE, em dezembro de 2004, indicaram um crescimento de 6,6%, no terceiro trimestre, frente ao mesmo período do ano anterior. Em março de 2005, o IBGE divulgou os dados sobre o desempenho da economia. Assim, em 2004, os dados oficiais mostraram que o crescimento do PIB foi de 5,2%, o melhor resultado desde 1994 (época do lançamento do Plano Real), quando este crescimento foi de 5,9%²⁷. O PIB per capita cresceu 3,7% em 2004. A indústria teve um crescimento de 6,2%. Para 2005, as expectativas para o crescimento do PIB oscilavam entre 3,5% e 4,0%. Observou-se um forte crescimento da formação bruta de capital fixo (20,1%) e da demanda externa. As exportações cresceram 18,2%, enquanto as importações cresceram 17,7% (Bichara e Cunha, 2004). Segundo dados do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, em 2004, o ritmo de crescimento das exportações surpreendeu as previsões mais otimistas: no ano passado, as empresas brasileiras embarcaram o recorde de US\$96,475 bilhões, o que significou alta de 32% em relação a 2003. As importações também aumentaram em ritmo forte: foram para US\$ 62,779 bilhões, 30%, em relação a 2003. Esse desempenho garantiu ao país um superávit de US\$ 33,696 bilhões.

De acordo com declarações à imprensa do ministro Luiz Fernando Furlan, “em valores, a expansão das exportações significou geração adicional de divisas de US\$23,391

²⁶ Alguns economistas chamaram a atenção para os efeitos perversos da política governamental no que se refere aos índices crescentes de desemprego, sobretudo nas regiões metropolitanas. Como ressaltou Paulo Nogueira Batista Jr, o desemprego total (que inclui o subemprego, o emprego precário e o desemprego por desalento) aumentou consideravelmente entre agosto de 2002 e agosto de 2003, alcançando nesta última data, 18% da população economicamente ativa de Porto Alegre, 20% em São Paulo, 21% em Belo Horizonte, 24% no Distrito Federal, 24% em Recife e 28% em Salvador. A pesquisa mensal de emprego realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que mede apenas o desemprego aberto nas seis principais regiões metropolitanas do país, confirmou a tendência à deterioração do mercado de trabalho com o aumento expressivo do desemprego (Batista Jr. 2003).

²⁷ Entre 1994 e 2004, a variação anual do PIB em porcentagem foi a seguinte: 5,9%(1994); 4,2%; 2,7%; 3,3%; 0,1%; 0,8%; 4,4% (2000); 1,3%; 1,9%; 0,5% e 5,2% (2004).

bilhões de 2003 para 2004, uma evolução inédita. A corrente de comércio brasileira atingiu US\$ 159,2 bilhões em 2004, 31,2% acima de 2003. Dessa forma, a participação do comércio exterior no PIB deve subir de 24,6% em 2003 para 26,6% em 2004. Estamos nos aproximando da meta de ter uma corrente de comércio exterior equivalente a 30% do PIB, o que mudará o patamar do risco Brasil”.²⁸ No dia 21 de janeiro de 2005, a imprensa anunciou que o Brasil teve saldo positivo recorde na conta de transações correntes (US\$ 11,669 bilhões, o maior desde que essa estatística passou a ser calculada em 1947)²⁹.

Entre os setores com maior êxito no mercado internacional e que apresentavam altas perspectivas de investimento, sobressaíam os de minério de ferro, siderurgia (principalmente a CSN e a Vale do Rio Doce), celulose e petroquímica.³⁰ O comércio interno também teve um melhor desempenho. Segundo levantamentos divulgados pela imprensa, o ano de 2004 “foi o melhor do comércio varejista desde que o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) começou a pesquisar dados sobre o setor. O volume de vendas cresceu 8,98% no acumulado de janeiro a novembro – em contraste, em 2003, houve uma retração de 3,67%”.³¹ Assim, em dezembro de 2004, segundo pesquisa Datafolha, a avaliação positiva do governo Lula havia subido dez pontos percentuais, nos últimos 4 meses daquele ano, chegando a 45%. Em setembro de 2004, a avaliação positiva do governo foi de 35%, seu pior resultado. Quando se estratifica por nível de renda, verifica-se que os mais ricos são os mais satisfeitos (renda superior a dez salários mínimos³²), entre os quais 50% disseram considerar a administração federal do PT ótima ou boa.³³

Como os empresários em geral avaliaram o desempenho do governo Lula em seus dois primeiros anos de mandato?

²⁸ Valor, 04/01/2005:A4

²⁹ Folha de São Paulo, 21/01/2005: B1.As transações correntes são formadas pela soma de três outras contas: a balança comercial (exportações menos importações); a balança de serviços e rendas (pagamento de juros da dívida externa, remessas de lucros para o exterior, entre outros itens) e as transferências unilaterais (dinheiro enviado ao Brasil por residentes no exterior e vice-versa)

³⁰ O Globo, 23/01/2005: 32.

³¹ Folha de São Paulo, 19/01/2005: B3.

³² Na época referida, o salário mínimo era R\$ 260,00.

³³ Folha de São Paulo, 26/12/2004: A3.

Segundo a visão do diretor-executivo do IEDI, Júlio Sérgio Gomes, não se observou uma avaliação uniforme por parte do empresariado. É possível, entretanto, destacar quatro tipos de avaliações. Em primeiro lugar, para os empresários que pensavam que o governo seria um desastre, que não teria condições de gerir a crise de forma eficiente, que poderia adotar uma postura radical de rompimento com o FMI e de desrespeito aos contratos internacionais, seguindo uma política de irresponsabilidade na área monetária, para estes, a situação foi de verdadeiro alívio. Para uma segunda categoria de empresários, por exemplo, os grandes empresários do IEDI, estes nunca temeram atitudes radicais por parte de Lula, caso vencesse as eleições. Jamais acharam que o governo Lula iria romper com os credores internacionais, colocando o país numa rota de confronto com o FMI. Desta forma, para o IEDI, ao contrário, o governo agiu de forma excessivamente cautelosa. Foi, na verdade, pouco ousado, faltou-lhe arrojo em face das possibilidades que tinha para mudar a economia do país, já que teria apoio para tanto. Entre o medo e a esperança, preferiu o primeiro. Ademais, o IEDI avalia equivocada a política de câmbio valorizado e juros altos. Para um terceiro segmento, representado pelas organizações mais tradicionais e que espelham as diferentes posições dentro da indústria, como a CNI, é preciso olhar para os aspectos negativos e positivos, criticando os primeiros, como as altas taxas de juros, mas apoiando os esforços de política industrial e a postura de abertura ao diálogo. Por outro lado, um ponto é consensual, qual seja, a crítica à incapacidade do governo diminuir o chamado *Custo Brasil*, reduzindo a carga tributária e o custo do trabalho³⁴.

Acompanhando-se o debate pela imprensa, nos últimos meses de 2004, percebe-se que os indicadores positivos alimentavam o otimismo do governo e de diversos setores empresariais. Especulava-se sobre a possibilidade de deixarmos para trás o período de longa estagnação (1980-2003), marcado por curtos períodos de crescimento, seguidos de bruscos retrocessos. Entre os economistas, havia interpretações muito distintas, tanto entre os críticos do governo, como entre os mais favoráveis³⁵.

³⁴ Entrevista com o diretor-executivo do IEDI, 15/02/2005. Ver também entrevista de Julio Sérgio Gomes de Almeida ao Jornal Gazeta Mercantil, divulgada pela Carta IEDI, nº 129, de 12 de novembro de 2004, na qual o economista ressalta que o crescimento do PIB brasileiro, em torno de 5%, é inferior à média mundial e abaixo da média dos países em desenvolvimento, cujo crescimento deveria ficar entre 6,5% e 7%, abaixo da Índia (6,5%) e da China (9%).

³⁵ Entre as análises críticas, veja-se, por exemplo, o artigo de Paulo Nogueira Batista Jr, em sua coluna de 27/01/2005, na Folha de São Paulo : (...) “no ano passado (2004), o crescimento econômico brasileiro (cerca de 5,2%), foi inferior à média das economias em transição (7,1%), inferior à média dos países em

Neste contexto, vale destacar a análise de Antônio Barros de Castro, então assessor do Ministro de Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega. Em conferência no Instituto de Economia da UFRJ, em novembro de 2004, Antônio Castro destacou o equívoco de muitas das interpretações pessimistas, qual seja, a tendência a ignorar as possibilidades de reposicionamento dos atores estratégicos, inclusive do setor empresarial, em momentos de melhoria das condições gerais da economia. A instabilidade dos tempos difíceis e as crises podem gerar reações criativas de busca de novas saídas, de esforços para por em prática conhecimentos desenvolvidos ao longo da sucessão de crises. Em suas palavras, “O mais importante reposicionamento ocorrido em meio às frustrações verificadas de 2001 a 2003 foi a incorporação das exportações na estratégias de empresas industriais que, até então, pouca atenção davam à construção de posições no exterior. Esta reorientação em direção ao mercado externo, obviamente facilitada por sucessivas desvalorizações (e pela reanimação do mercado internacional) veio a ser um dos fatores que mais contribuíram para a explosão exportadora dos anos 2003 e 2004”³⁶.

O segundo grande reposicionamento teria a ver com o próprio Estado e o desenvolvimento de novas competências na esfera pública. Desde o segundo governo Fernando Henrique, o Estado abandonaria as concepções minimalistas e passaria a desenvolver esforços no sentido da promoção das exportações, do apoio ao agro-negócio, da criação de programas como o Moderfrota (1997) e, mais recentemente, o Modermaq (2004), da implantação dos Fundos Setoriais, através dos quais foram lançadas as bases de uma nova política industrial e tecnológica. O governo Lula teria dado continuidade a esta nova visão do papel do Estado, inaugurando uma atitude mais claramente negociadora, não só frente ao Congresso, como também pela criação e intensa utilização de vários colegiados ou Câmaras, e ainda junto aos movimentos sociais: “No âmbito dos colegiados, em particular, parece haver se estabelecido um clima de cooperação com o setor privado

desenvolvimento (6,2%) e ligeiramente menor do que a média latino-americana (5,4%), segundo estimativas apresentadas em relatório publicado anteontem (25/01) pelas Nações Unidas. Para que o mercado de trabalho no Brasil melhorasse de maneira expressiva, a economia precisaria crescer bem mais, provavelmente 6% ao ano no mínimo, ao longo de vários anos (...) A vontade de investir e gerar empregos esbarra sempre na mentalidade anticrescimento que predomina na área econômica do governo, especialmente no Banco Central. A combinação de juros altos e câmbio valorizado já está fazendo estragos e irá prejudicar a expansão da economia, especialmente se se confirmarem as previsões de uma deterioração do cenário mundial.” Para uma análise recente do mercado de trabalho no Brasil, ver artigo de João Sabóia (2005), publicado em livro lançado em janeiro de 2005.

³⁶ Antônio Barros de Castro, *A Hipótese do Crescimento Rápido e Sustentável*, Brasília, 2004.

(especialmente o agro-negócio e a indústria), impensável no primeiro governo FHC - e que, seguramente ultrapassa o alcançado no final do segundo FHC”.³⁷

Entretanto, a ambivalência do governo voltaria à tona. A partir de setembro de 2004, a postura conservadora do governo revelou-se mais uma vez pelo retorno da trajetória altista da taxa básica de juros, com o aumento da Selic de 16% para 17,25%. Em janeiro de 2005, o ministro Palocci acenou com novo aumento da taxa de juros para manter a inflação sob controle³⁸. No dia 19 de janeiro de 2005, todos os jornais deram destaque à notícia de que o Brasil era o país campeão dos juros reais mais altos do mundo, após a Turquia ter baixado seus juros em dezembro, segundo o ranking elaborado pela consultoria GRC Visão. A Folha de São Paulo assim se referiu ao tema: “O aumento da taxa real (com base na expectativa do mercado em relação à reunião a ser realizada no dia seguinte pelo Copom - Comitê de Política Monetária, formado pelos 8 diretores e o presidente do BC) pode ter um efeito perverso sobre o humor dos empresários, pois serve de referência na hora do setor privado planejar investimentos futuros (...) A taxa real brasileira está distante da média geral. Considerando os 40 países que aparecem na pesquisa realizada pela GRC Visão, a taxa média de juro real é de 1,6%. O México, por exemplo, tem taxa real de 4,4%”. O temor de uma alta da inflação seria o motivo da esperada elevação.

Em declarações à imprensa, o presidente da CNI, Armando Monteiro Neto, considerou muito ortodoxa a política monetária do Banco Central e afirmou que ela poderia atrapalhar o crescimento econômico³⁹. As expectativas se confirmaram e no dia seguinte, 20 de janeiro, a imprensa noticiava que, na reunião do dia anterior, o Banco Central decidira aumentar os juros básicos da economia pela quinta vez consecutiva, de 17,75% ao ano para 18,25%, indicando ainda que a trajetória de alta poderia prosseguir. Foi a quinta elevação seguida da Selic, que atingiu o maior nível, desde novembro de 2003.⁴⁰ Em sua coluna, na Folha de São Paulo, o economista Paulo Nogueira Batista Jr, assim se referiu às declarações de Henrique Meirelles, em entrevista à revista *Veja*, na qual o presidente do

³⁷ Idem, *ibidem*: 18

³⁸ O Globo, 17/01/2005: 17.

³⁹ Folha de São Paulo, 19/01/2005: B4.

⁴⁰ Folha de São Paulo, 20/01/2005: B1. Entre setembro de 2004 e 19 de janeiro de 2005, a Selic aumentou 5 vezes, alcançando 16,25%, 16,75, 17,25, 17,75 e, finalmente, 18,25%. O Copom foi instituído em 1996, com o objetivo de estabelecer as diretrizes da política monetária, definir a taxa de juros. É presidido pelo presidente do Banco Central e é formado pela diretoria colegiada do BC. Realiza 12 reuniões por ano. A Selic é a taxa básica de juros da economia. É usada nos empréstimos que o Banco faz às instituições financeiras. Ela serve de referência para a formação de todas as outras taxas de juros do país.

Banco Central defendia a política de austeridade do governo: “O presidente do Banco Central declara-se muito satisfeito com os resultados da política monetária e do regime de metas para a inflação. Não lhe passa pela cabeça, aparentemente, que a política de juros altos tem tido um custo extraordinário. Ela sobrecarrega tremendamente as finanças públicas, contribui para a sobrevalorização cambial, beneficia os mais ricos, e concentra a renda nacional, dificulta o investimento produtivo e o crescimento da economia”.⁴¹

Empresários e sindicalistas uniram-se no repúdio à decisão do Copom de reajustar novamente para cima a taxa de juros. Além dos presidentes da CNI, da FIRJAN, da ABDIB e de outras entidades empresariais, o recém-eleito presidente da FIESP, Paulo Skaff, afirmou que o governo, ao invés de conter seus gastos, valia-se mais uma vez, do “Imposto dos juros” para tirar dinheiro da sociedade para financiar seus aumentos de gastos: “ O Copom perdeu excelente oportunidade de estimular a economia e renovar o ânimo de quem produz e trabalha no sentido de fazer de 2005 um ano bom para a economia. Sem falar que a alta de juros atrai apenas capitais especulativos para o país, causando a queda do dólar e prejudicando nossas exportações”.⁴² Também os presidentes da CUT (Central Única dos Trabalhadores), da Força Sindical e outras lideranças sindicais criticaram a política do Banco Central. O presidente da Sociedade Brasileira de Estudos das Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (Sobeet), Antônio Correa de Lacerda, considerou ainda a medida desnecessária, além de ter um impacto negativo sobre os investimentos produtivos e de encarecer a dívida pública.⁴³

Finalmente, no interior do próprio governo, observou-se a retomada de divergências, desta vez entre o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior , Luiz Fernando Furlan e o presidente do Banco Central. O primeiro, em entrevista ao jornal O Estado de São Paulo (13/01/2005), defendendo o setor produtivo, fez críticas à

⁴¹ Folha de São Paulo, 20 de janeiro de 2005: B2. No interior do governo, o vice-presidente da República, o empresário José Alencar, desde o início do governo Lula tem sido um crítico tenaz da política de juros elevados. Como salientou no Prefácio à coletânea *Novo Desenvolvimentismo* , lançada em janeiro de 2005, “Em várias oportunidades, tenho chamado a atenção para a insustentabilidade das taxas de juros no Brasil. Tenho falado como cidadão, como empresário e, principalmente, como político. Na realidade, é a longa experiência empresarial que me autoriza a condenar esse despropositado *regime de juros* que emprobece nossa economia, levando milhares de empresários à falência e milhões de trabalhadores ao desemprego” (José Alencar Gomes da Silva, 2005: XXII).

⁴² O Globo, 20/01/2005: 30.

⁴³ O Globo, 20/01/2005: 30

política monetária, excessivamente restritiva⁴⁴. Em contrapartida, Henrique Meirelles, diante de uma platéia de empresários cariocas, defendeu a política de juros altos e metas de inflação reduzidas.

Outro ponto de discórdia foi a crescente valorização do real frente ao dólar. Empresários, economistas e articulistas, de diferentes tendências, desde fins de 2004, já vinham sugerindo a intervenção do BC para deter a contínua desvalorização do dólar frente ao real⁴⁵. Na já referida entrevista, o diretor-executivo do IEDI assim se referiu a esta questão: “ O IEDI considera que nossa política de juros e câmbio está errada. Mantemos um diálogo permanente com o governo, nossos empresários são muito ouvidos pelo governo, o trânsito com o governo é muito grande, o trânsito com o Presidente da República é muito grande (...) , mas temos uma posição crítica com relação aos juros e ao câmbio, pois achamos que esta política não é favorável ao desenvolvimento do Brasil (...) a política de juros é excessivamente conservadora (...) o crescimento de 2004 poderia ter sido maior se a política econômica não fosse tão dura, tão restritiva”⁴⁶. Em contrapartida, em longa entrevista ao jornal Valor, o banqueiro, Olavo Egydio Setúbal, declarou considerar o governo Lula extremamente eficiente por conseguir manter a estabilidade econômica, bem como o regime de metas de inflação: “Temos que aceitar a premissa de que a estabilidade

⁴⁴ O IEDI apoiou a argumentação do ministro Furlan, acerca da política de juros considerada por este ineficiente, já que “a maior parte da inflação é causada pelas tarifas e preços administrados”. “Além do mais, adverte também acertadamente o ministro, os juros altos agem para a excessiva valorização da moeda nacional, o que desestimula o fator primordial que levou aos números recordes da economia em 2004, vale dizer, as exportações.” (Carta IEDI, 17 /01/2005).

⁴⁵ Ver, por exemplo, Jornal do Brasil, 15/01/2005: A17 e O Globo, 17/01/2005: 17. Entre os economistas, Bresser Pereira assim se expressou acerca articulação perversa de altas taxas de juros e de câmbio valorizado: “Não haverá verdadeiro desenvolvimento para o Brasil enquanto duas mudanças macroeconômicas fundamentais não ocorrerem: mudanças na política de câmbio e na política de taxa básica de juros. Ou o país passa a pensar na taxa de câmbio da mesma maneira que os países asiáticos dinâmicos, como uma taxa estratégica que deve ser administrada para permanecer relativamente desvalorizada. E se dá conta de que a Selic mínima de 9% representa uma armadilha da qual o país precisa escapar, ou não haverá como o Brasil voltar a se desenvolver de forma sustentada” (Bresser Pereira, 2005: 137). Na mesma linha, pode-se situar a avaliação do economista Luiz Gonzaga Belluzzo, da Unicamp, para quem: “ a combinação de taxa de juros real alta, em torno de 11% ao ano, segunda maior do mundo, (...) e câmbio valorizado forma uma mistura mortal aos investimentos para a fabricação de bens para exportação.” (Jornal do Brasil, 13/02/2005: A19). Entre os empresários, pode-se destacar o artigo do presidente da FIESP, Paulo Skaf, publicado na Folha de São Paulo (10/02/2005: B2): “No cenário do mundo em 2005, o câmbio torna-se absolutamente estratégico para o sucesso da política brasileira de exportações (...) Não é fortuito o persistente apelo do empresariado no sentido de que a política cambial seja revista, racionalizando-se o valor relativo do real em relação ao dólar (...) A verdade é que a política cambial, agravada pelos juros e pelos impostos elevados, continua sendo fonte de incertezas para o empresariado e podem influir nas decisões de investimento”.

⁴⁶ Entrevista realizada em 15/02/2005.

da moeda é fundamental para o desenvolvimento. Fora da estabilidade da moeda não há desenvolvimento viável e sustentável”.⁴⁷

As Eleições de 2004 na FIESP: a busca por maior interlocução política

Foi dentro deste contexto de aumento dos graus de incerteza da economia, marcado pelo agudo contraste entre as condições extremamente favoráveis do mercado internacional e a postura interna conservadora das autoridades responsáveis pela condução da política macroeconômica, que se deu o resultado inesperado das eleições para a presidência da FIESP, em agosto de 2004, quando se esgotou a gestão do presidente Horácio Lafer Piva (1998-2004), durante dois mandatos à frente da mais poderosa federação industrial do país.

Observou-se nestas eleições um fato inédito até então. A chapa de oposição ao presidente então em exercício, liderada por Paulo Skaf, presidente da ABIT (Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecções) sagrou-se vencedora nas eleições para a presidência da FIESP, enquanto a chapa situacionista, tendo à frente o candidato Cláudio Vaz, diretor do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos da FIESP/CIESP e ex-presidente do Sindipeças (Sindicato Nacional da Indústria de Autopeças), venceu a competição pela presidência do CIESP⁴⁸. Como é sabido, tradicionalmente, desde o início do processo de industrialização do país, as duas entidades, configurando o sistema FIESP/CIESP, têm a mesma diretoria.

Comparando-se os programas dos dois candidatos, é possível perceber algumas distinções em termos da ênfase conferida por cada um deles a certos pontos, em detrimento de outros. Porém, os dois candidatos apresentaram propostas basicamente similares, dando destaque à redução do *custo Brasil*: redução da carga tributária, redução do custo de financiamento das atividades produtivas, melhoria da infra-estrutura, principalmente nas áreas de portos, estradas e de energia. Paulo Skaf, por exemplo, deu muito ênfase na

⁴⁷ Valor, 17/01/2005: C8. Olavo Setúbal foi prefeito de São Paulo e ministro das Relações Exteriores; é presidente do Conselho de Administração do grupo Itaúsa, holding que controla o banco Itaú e mais 184 empresas.

⁴⁸ A análise deste processo eleitoral encontra-se no texto “As eleições de 2004 na FIESP: A politização recente das relações empresário-Estado”, que escrevi juntamente com Renato Boschi e foi apresentado no Seminário Temático “Instituições, Idéias e Desenvolvimento”, durante o XXVIII Encontro Nacional da ANPOCS, realizado em Caxambu, MG, entre 26 e 29 de outubro de 2004.

necessidade da aprovação do projeto das PPPs (parcerias público-privadas), na época em tramitação no Congresso⁴⁹, cujo objetivo seria exatamente incentivar parcerias entre os setores público e privado para viabilizar investimentos em obras de infra-estrutura. Por outro lado, ambos apoiaram a estabilidade econômica. Ambos solicitaram com veemência a redução da taxa de juros. Em outros termos, o dado mais significativo foi a ausência de divergências de fundo entre os dois candidatos.

Desta forma, a vitória de Skaf expressa, antes de tudo, o realinhamento do empresariado em torno, não de uma dimensão econômica, mas de uma dimensão propriamente política da estratégia empresarial. Mais especificamente, o que assume o primeiro plano é a necessidade do empresariado recuperar seu protagonismo na implantação do novo regime produtivo, no período pós-reformas orientadas para o mercado, tendo mais voz e maior capacidade de expressar e de fazer valer seus interesses no jogo político. Skaf ressaltou, em sua campanha, a relevância da maior proximidade em relação ao governo federal, reivindicando mais espaço para a defesa dos interesses industriais, de maneira a reverter o desequilíbrio que, desde o governo anterior, pesava a favor dos interesses financeiros, prejudicando a indústria doméstica. Destacou ainda a necessidade de criar e reforçar os canais de interlocução do empresariado com o governo, tendo em vista expandir o campo de ação da produção do país no comércio exterior e aumentar a competitividade da empresa brasileira no mercado internacional. Defendeu uma atuação de liderança da FIESP no processo de articulação político-institucional para melhorar a posição da indústria brasileira.

Em entrevista, depois de ter sido eleito, Paulo Skaf⁵⁰ afirmou que pretendia transformar a FIESP, de crítica irrelevante da política econômica, em agente do processo de

⁴⁹ Em entrevista, já eleito, Skaf afirmou que a FIESP ia participar do esforço do governo para aprovar no Senado o projeto das PPPs, que classificou de fundamental para enfrentar os gargalos da infra-estrutura (O Globo, 03/09/2004). Em fins de 2004, o referido projeto foi aprovado pelo Congresso.

⁵⁰ Eleito em 25 de agosto, Skaf tomou posse em 27/09/2004. Na festa em que anunciou sua diretoria, contou com a presença do presidente da República, de dez ministros de Estado, entre os quais Luiz Fernando Furlan (ministro do Desenvolvimento) e Celso Amorim (ministro das Relações Exteriores), de seis governadores, vários parlamentares, além de empresários de diferentes setores industriais. Em seu discurso, reafirmou que a indústria “é a autoridade produtiva” e precisava retomar seu poder de influência na definição de políticas econômicas: (...) ‘Perseguiremos sempre os resultados ascendentes e concretos’. Destacou ainda que os principais entraves da indústria são “a burocracia emperradora, as amarras da infra-estrutura, a alta carga tributária, os juros elevados e a falta de créditos (...)”. Anunciou os nomes do deputado federal Delfim Netto (PP-SP) para presidir o Conselho Superior de Economia da FIESP, do ex-embaixador Rubens A. Barbosa, para o Conselho Superior de Comércio Exterior e de Sidney Sanches, para o Conselho Superior de Assuntos

decisão, criando e fortalecendo o que chamou de *autoridade produtiva*: “No Brasil, só se fala de autoridade monetária. O Banco Central do Brasil se preocupa apenas com moeda, enquanto nos EUA, por exemplo, ele também se preocupa com emprego. Nosso modelo é europeu, voltado exclusivamente para a moeda. Só que existem outros interesses no país também. E esses outros interesses precisam ser defendidos. Eu entendo que há necessidade de se criar uma *autoridade produtiva*, que defenderia os interesses de quem trabalha, de quem produz. A produção passaria a ter voz para valer”.

Como se faria isso? “Num movimento no qual a FIESP, em parceria com a CNI e os setores do comércio e de serviços, junto com a agricultura e os trabalhadores, ajudaria a montar uma articulação no Congresso Nacional, lutando por uma cadeira no Conselho Monetário Nacional para trabalhadores e para a indústria. Tudo se constituiria na figura da *autoridade produtiva*. Ela é importante para que a gente participe da formulação das políticas econômicas e não fique sempre recebendo pratos prontos e pagando o custo das decisões das quais não participou.”(...) “A mensagem que eu tenho levado é a de uma FIESP do diálogo, da parceria, preocupada com o país, buscando aproximação com todos os atores importante que compõem o Brasil. Não vamos ficar sentados criticando. Vamos a campo.” E qual seria o clima entre os empresários e o governo, tendo em vista a fase de crescimento econômico que o país viveu em 2004, perguntou o entrevistador. “Varia”, respondeu Skaf: “Os exportadores e o agronegócio estão animados. Há outros setores que estão a pleno vapor, mas sentem que seus preços não dão bons resultados. Em outros, voltados para o mercado interno, há dificuldades, apesar da melhora recente. Está bem variado, mas há um astral mais para o lado positivo do que negativo.”⁵¹ Deste discurso se depreende o esforço de introduzir, para além do leque de políticas econômicas, demandas

Jurídicos e Legislativos (www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro). Para a diretoria do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos (Depecon), um dos mais importantes da FIESP, foi designado o empresário Paulo Francini, também conselheiro do IEDI. Roberto Giannetti da Fonseca, economista e empresário, presidente da Silex Trading, foi designado para o cargo de diretor titular do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior

(www.fiesp.com.br/popup_conteudo.asp?id=302&base=2, acesso em 10/02/2005).

⁵¹ Entrevista, Dinheiro, 06/10/2004:16-18. Em artigo, publicado na Folha de São Paulo, de 26/09/2004:A2, Paulo Skaf reiterou essa argumentação: “... a FIESP está pronta para se articular com os parceiros econômicos (...) e políticos (parlamentares e governantes) (...) numa imensa e patriótica parceria em favor da produção, do desenvolvimento, do progresso (...) Queremos ocupar nosso lugar na formulação das políticas nacionais(...) Os industriais paulistas estão unidos para assegurar que a FIESP desenvolva seu novo papel – uma entidade pró-ativa, de resultados palpáveis (...) O resultado da histórica eleição ocorrida no último dia 25 de agosto mostra que nós, empresários, estamos prontos a participar, oferecendo idéias e projetos viáveis de desenvolvimento (...) e equilibrando a autoridade monetária com a *autoridade produtiva* a ser implementada”.

institucionais novas, como ocorreria a seguir com o desencadeamento do debate em torno da ampliação do corpo de integrantes do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Assim, o tema das mudanças institucionais assumiria destaque na política nacional a partir de março de 2005, adquirindo contornos mais nítidos e um tom mais ousado a medida em que o foco viria a concentrar-se no aumento dos componentes do CMN, órgão estratégico para a atividade econômica do país. Como é sabido, o CMN é o órgão deliberativo máximo do sistema financeiro. É responsável, por exemplo, pela definição da meta anual de inflação, da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) que vigora nos empréstimos do BNDES e traça ainda as diretrizes das políticas de crédito e de câmbio. A instância na qual esta mudança foi proposta foi o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), em sua 11ª reunião plenária, quando foi apresentada uma moção da conselheira Sônia Fleury, cientista política e professora da Fundação Getúlio Vargas (FGV), sugerindo a ampliação do número de integrantes do CMN de três para nove membros. Além dos ministros da Fazenda e do Planejamento e do presidente do Banco Central, teriam assento no Conselho os ministros do Desenvolvimento e da Ciência e Tecnologia, diversificando-se, assim, a presença do governo. Ademais, integrariam ainda o Conselho representantes da sociedade com notório saber na área, indicados por entidades empresariais, sindicatos de trabalhadores e por instituições acadêmicas, garantindo-se a maioria aos representantes do governo federal.

No dia 13 de março, foi publicado na Folha de São Paulo, artigo assinado pelos presidentes da CNI e da FIESP, respectivamente Armando Monteiro Neto e Paulo Skaf, e pelo presidente nacional da CUT, Luiz Marinho, defendendo a ampliação da composição do CMN e anunciando a realização em São Paulo do ato de lançamento da campanha para levar adiante a proposta, buscando a adesão de outras entidades: “A ampliação do CMN é um dos caminhos que permitirão a imprescindível compatibilidade do objetivo da estabilização monetária com a necessária valorização da produção e do emprego”, concluem os signatários.⁵²

O desdobramento desta campanha lançada pelo CDES com o respaldo das lideranças empresariais e sindicais foi interrompido pelo desencadeamento da crise política pouco tempo depois, crise esta que se desdobraria ao longo de todo o ano de 2005,

⁵² Folha de São Paulo, 13/03/2005: B2.

paralisando não só iniciativas da sociedade, como também muitas das ações do próprio governo e criando um ambiente extremamente conturbado para as eleições presidenciais de 2006.

Em síntese, no que se refere às relações empresários-Estado e considerando-se os dois primeiros anos do governo Lula, o que se verificou foi uma inflexão tendo em vista a recuperação de espaço na esfera política. Essa busca de um maior protagonismo se manifestou na politização da disputa sucessória dentro da FIESP, bem como na politização da forma de ação do empresariado, com ênfase na retomada da parceria com setores e áreas institucionais de decisão, incluindo não apenas a atuação no Congresso Nacional, mas também a participação em arenas estatais, como os conselhos e comissões econômicos, numa linha distinta do estilo típico do período desenvolvimentista, já que rejeitaria a tutela estatal e se faria em sintonia com um discurso favorável ao predomínio do mercado sobre a política. Observa-se, portanto, certa mudança da lógica de ação coletiva do empresariado em direção a uma estratégia política de independência, porém sem isolamento do ator-empresário, mas, ao contrário, estreitando os vínculos e redefinindo alianças com os centros de poder.

Ademais, há sinais claros de que o tema da retomada do crescimento sustentado tenderá a assumir proeminência no debate. Outro aspecto relevante refere-se à possibilidade de se articular uma ampla coalizão política em torno de uma nova estratégia de desenvolvimento para o país. Há também fortes indícios de que a disposição para o diálogo com os empresários e suas organizações de classe será um ponto importante na construção de uma aliança empresário-governo.

A conjuntura das eleições de 2006: o contexto externo

As eleições presidenciais de 2006 se realizarão num momento em que as condições externas apresentam-se extremamente favoráveis para a retomada de um debate mais profundo e profícuo em torno de estratégias alternativas de desenvolvimento, bem como do papel do Estado na condução de um processo de crescimento sustentado. E isto é verdadeiro tanto do ponto de vista da conjuntura econômica, quanto das condições políticas e intelectuais.

Em primeiro lugar, como ressaltam todos os analistas e observadores do cenário externo, a economia internacional vem se comportando de modo excepcionalmente favorável, por um período bastante longo, como não ocorria há várias décadas. O comércio internacional vem demonstrando extraordinário vigor, as exportações estão em expansão, os preços das mercadorias estão elevados e os movimentos de capitais mantêm-se equilibrados. De forma similar, as taxas de crescimento de diferentes regiões do mundo mostram-se elevadas⁵³. Em 2005, por exemplo, a economia mundial cresceu 4,8%. Os países emergentes e em desenvolvimento cresceram 7,2%. Em contraste, o Brasil teve um crescimento de apenas 2,3%. Entre 1998-2007, segundo o relatório semestral do FMI, incluindo as projeções para 2006 e 2007, a economia mundial registra expansão de 4,1% ao ano, em média. Os países emergentes e em desenvolvimento, 5,8% e o Brasil, 2,3%. Ou seja, o Brasil seguirá crescendo menos do que a economia mundial. No referido relatório, o FMI projeta para a economia mundial uma expansão de 4,9% em 2006 e 4,7% em 2007. Para os países emergentes e em desenvolvimento, a projeção é de taxas de crescimento do PIB de 6,9% em 2006 e 6,6% em 2007. Nesse contexto, uma pergunta vem à tona, qual seja, como fazer para que o país tire melhor proveito de tais circunstâncias e entre na rota do crescimento sustentado?

Em segundo lugar, igualmente favoráveis são as condições políticas e intelectuais, uma vez que, na esfera internacional, rompeu-se o consenso que nos anos 90 deu sustentação às políticas inspiradas no receituário do Consenso de Washington⁵⁴, garantindo a supremacia da agenda pró-mercado e do Estado mínimo. Esta deixou de ser uma agenda consensual, passando a ser objeto de crítica acirrada, o que demonstraria as limitações das estratégias econômicas calcadas no paradigma neoliberal. A célebre frase de Margaret Thatcher de que não havia outra alternativa senão executar as reformas orientadas para o mercado para adaptar as economias nacionais à nova ordem global deixou de ser um dogma. E o mais interessante é que tal crítica não ficou confinada à periferia do mundo capitalista, mas se deu dentro do próprio *establishment*, sendo conduzida por teóricos de grande projeção internacional. Este é o cerne da terceira onda de interpretações sobre o

⁵³ Tais dados são comentados pelo economista Paulo Nogueira Batista Jr, em sua coluna de 27/04/2006, na Folha de São Paulo: B2.

⁵⁴ Ver Williamson, 1990 e 1994.

fenômeno da globalização: não há um caminho único e, por mais estreitas que sejam as margens de manobra, há sempre um espaço para a busca de alternativas.

É exatamente o reconhecimento do teor multidimensional do processo de globalização, a rejeição da visão determinista e economicista do passado recente, a aceitação de que não se trata de um fenômeno monolítico, e, sim, de um processo submetido à interferência de uma pluralidade de fatores, o que caracteriza a terceira geração de análises sobre a globalização e seus impactos nas economias periféricas. Em contraposição, ao omitir a dimensão política, os enfoques dominantes nos anos 80 e 90 trataram políticas de teor contraditório em seus efeitos, tais como a liberalização do comércio ou a liberalização financeira, como aspectos consensuais de uma agenda igualmente inquestionável.

Cada vez mais, os Estados nacionais tornam-se parte de um sistema de poder de teor supranacional, tornando artificial a rígida contraposição entre fatores externos e fatores internos. Eis porque administrar com maior ou menor autonomia a inserção do país no sistema internacional não requer apenas capacitação técnica de elites de alta qualificação, mas depende fundamentalmente de opções políticas mais ou menos comprometidas com a defesa da soberania e do fortalecimento do poder de negociação dos governos nacionais. Ademais, conquistar posições favoráveis no jogo de poder internacional implica uma alta capacidade de gestão do Estado, ao contrário do que advogam os defensores do Estado mínimo. Como ressalta Celso Furtado, em seu livro, *Brasil, A Construção Interrompida* (1992: 24), “A atrofia dos mecanismos de comando dos sistemas econômicos nacionais não é outra coisa senão a prevalência de estruturas de decisões transnacionais, voltadas para a planetarização dos circuitos de decisões”. Cabe acrescentar, por outro lado, que reverter uma posição subordinada, controlar o capital especulativo, reduzir situações de extrema vulnerabilidade externa ou rejeitar a predominância da lógica das empresas transnacionais na estruturação das atividades econômicas de um país, é antes de tudo um ato de natureza política, requerendo uma ação deliberada capaz de definir e executar uma nova estratégia nacional. Em outros termos, a definição de um projeto autônomo de desenvolvimento é um *constructo* político, que depende para sua formulação e execução da sustentação de coalizões políticas identificadas com tal objetivo.

No debate internacional, David Held, entre outros, reforçaria esse argumento contrapondo-se à tão propalada visão que vigorou entre meados das décadas de 80 e 90 prevendo que os Estados-nação seriam eclipsados pelo avanço da globalização. Segundo seu ponto de vista, a globalização não se traduziria necessariamente numa diminuição do poder do Estado, senão que estaria transformando as condições sob as quais se exerceria este poder. Os impactos da globalização seriam mediados pelas estratégias específicas dos governos de cada país para administrar, desafiar ou aliviar os imperativos da globalização (Held, 1991; 1995 e 1999).

A crítica aos malefícios de uma postura passiva, a defesa de um enfoque mais independente das relações com o sistema internacional e o questionamento da concepção minimalista do Estado serão, aliás, posições assumidas publicamente pela alta tecnocracia das agências multilaterais, após a constatação dos fracassos das políticas rigidamente norteadas pelas recomendações do Consenso de Washington. Já em fins da década de 80, os dirigentes e tecnocratas dos países emergentes foram surpreendidos por um documento do Banco Mundial, no qual se defendia claramente a centralidade da chamada *governance* para explicar diferenciais de desempenho econômico entre aqueles países⁵⁵. Pouco depois, em 1991, como ressalta Evans (1998: 51- 52), o então vice-presidente e diretor-administrativo do Banco, em reunião com dirigentes de diversos países, deu particular destaque ao exemplo dos países recentemente industrializados do Leste asiático, em que uma ação governamental mais incisiva teria representado fator fundamental para o êxito de seu processo de modernização e desenvolvimento. A seguir, numa publicação de 1994, a mesma agência ressaltou a importância da responsabilidade política das elites estatais para o bom desempenho de seus governos, o que implicaria a obrigação de seus dirigentes de responder por suas ações, quer perante a sociedade, quer perante outras instâncias de poder⁵⁶. Aprofundando esta linha de pensamento, o World Development Report de 1997 adota o ponto de vista de que “Estados capazes e ativos constituem elementos-chave em qualquer esforço bem sucedido para construir modernas economias de mercado”⁵⁷. Em outros termos, a capacidade de ação autônoma dos governos, a presença de um Estado ativo e eficiente ganhariam realce como condições favoráveis à superação de dificuldades na

⁵⁵ Apud Haggard & Kaufman (1992:331).

⁵⁶ World Bank (1994:12).

⁵⁷ Apud Evans (1998:52)

busca de novas estratégias de crescimento. E mais ainda, de acordo com o novo enfoque, o fortalecimento de economias de mercado num mundo globalizado não só não seria incompatível, como exigiria a presença de um Estado capaz e efetivo.

Esta inflexão no debate internacional alcança seu ponto máximo com a publicação, em 2002, do livro *Globalization and its discontents*, de Joseph Stiglitz, vencedor do prêmio Nobel de economia de 2001 e ex-dirigente do Banco Mundial, do qual foi economista-chefe e vice-presidente sênior. Comparando casos de sucesso e de fracasso na condução de políticas de estabilização e reformas orientadas para o mercado, durante as duas últimas décadas, conclui que a busca de soluções próprias e a preservação de margens razoáveis de autonomia estão na raiz dos casos bem sucedidos (por exemplo, Polônia e China) em contraste com a aplicação acrítica das fórmulas consagradas pelas agências multilaterais freqüentemente associadas a experiências desastrosas (por exemplo, Rússia e República Tcheca). Em suas palavras: “A Polônia e a China empregaram estratégias alternativas àquelas defendidas pelo Consenso de Washington. A Polônia é o mais bem sucedido país da Europa Oriental; a China experimentou a maior taxa de crescimento de qualquer grande economia do mundo nos últimos 20 anos”(Stiglitz, 2002: 225)⁵⁸.

Na mesma linha de reflexão, podem ser situados os trabalhos mais recentes de Ha-Joon Chang (2002 e 2003), nos quais o autor focaliza a falência do neoliberalismo, especialmente nos países menos desenvolvidos (Less Developed Countries), em decorrência, sobretudo, de sua incapacidade, quer no plano teórico, quer na esfera das políticas públicas, de construir uma visão complexa e equilibrada das interrelações entre o mercado, o Estado e outras instituições relevantes, bem como da falta de formulação de estratégias autônomas de ação.⁵⁹ De forma similar, Rodrik (2002; 2004) afirma que,

⁵⁸ Em livro mais recente, Stiglitz insiste neste argumento, salientando que o resultado da aplicação da receita neoliberal pela América Latina, nos anos 90, foi altamente desfavorável, conduzindo à estagnação, ao aumento do desemprego, da informalidade e da pobreza (Stiglitz, 2003).

⁵⁹ O autor refere-se ao esforço de utilizar os graus de liberdade existentes, por mais estreitos que sejam, em benefício de objetivos nacionais: “Embora as restrições impostas pelas empresas transnacionais sobre as políticas industriais nacionais sejam crescentes, em nenhuma parte chegaram ao ponto de impossibilitar uma política industrial estratégica. A literatura corrente tende a encarar a globalização como um processo incontrolável, no interior do qual as nações, especialmente as nações em desenvolvimento, tornam-se agentes passivos, tornando-se presas do dilema de submeter-se incondicionalmente ou perecer. Entretanto, trata-se de uma visão equivocada, já que há ampla margem de manobra para os governos nacionais (...). Seria um grande erro para um país em desenvolvimento renunciar voluntariamente a esta margem de manobra adotando políticas liberais indiscriminadas em relação aos investimentos diretos estrangeiros em todos os setores” (Chang, 2003: 269). Tradução livre.

durante a hegemonia da agenda neoliberal, a adesão incondicional às diretrizes do Consenso de Washington foi responsável pelo período da mais longa estagnação dos países latino-americanos, em contraposição aos países do Leste Asiático, que experimentaram altos índices de desenvolvimento. Em palestra proferida no seminário do BNDES sobre os “Novos Rumos do Desenvolvimento no Mundo”, realizado entre 12 e 13 de setembro de 2002, assim se expressou: “Os poucos exemplos de sucesso ocorreram em países que dançaram conforme sua própria música e dificilmente serviriam de cartazes de propaganda para o neoliberalismo. É o caso da China, do Vietnã e da Índia – três nações importantes que violaram praticamente todas as regras do manual neoliberal, mesmo tomando um rumo mais orientado para o mercado” (Rodrik, 2002: 278).⁶⁰

Entre os economistas brasileiros, também se observou o fortalecimento de uma visão crítica do passado recente, bem como o reconhecimento de que, desde o início do século XXI, tornara-se evidente a mudança de rumo na América do Sul. Em artigo publicado em fins de 2005, referindo-se aos países da região, Paulo Nogueira Batista Jr assim se manifestou: “(...) como desconhecer que o quadro econômico e político e os referenciais ideológicos mudaram consideravelmente nos últimos cinco anos? As forças que predominaram na década de 1990 sofreram derrotas em vários países da América do Sul e já não reinam incontestes em lugar algum. O fracasso (...) da maioria dos países que seguiram fielmente as receitas econômicas do chamado Consenso de Washington abalou convicções arraigadas e produziu reviravoltas políticas, não raro dramáticas”.⁶¹

Efetivamente, a década de 90 destacara-se pela execução da agenda neoliberal tanto nos países da Europa oriental, egressos da experiência socialista, quanto nos países da

⁶⁰ Ver Rodrik, Dani, (2002), “Depois do Neoliberalismo, O Quê?”, Desenvolvimento e Globalização, em *Desenvolvimento em Debate*: www.bndes.gov.br/conhecimento/livro_debate/1-desnv&glob.pdf. Aliás, outros autores que integram os textos da parte denominada *Desenvolvimento e Globalização: Perspectivas para as Nações*, como Joseph Stiglitz (“Políticas de Desenvolvimento no Mundo da Globalização”) e José Antonio Ocampo (Globalização e Desenvolvimento”), este último então Secretário Executivo da CEPAL, convergem para a visão de que as concepções integrantes do *mainstream* dos anos 90, a chamada década neoliberal, tornaram-se superadas pelas mudanças ocorridas na ordem mundial Pós-Consenso de Washington, sobretudo em função do êxito dos países emergentes que se afirmaram no contexto internacional por terem optado por estratégias autônomas, desafiando o saber então dominante.

⁶¹ No mesmo artigo, o autor acrescenta: “Partidos ou coligações moderadamente reformistas, de centro ou centro-esquerda, venceram eleições presidenciais em alguns países, derrotando os partidos associados à aplicação das políticas recomendadas pelos Estados Unidos e pelas entidades multilaterais de crédito (...) A ideologia da globalização, que esteve em voga durante a maior parte dos anos de 1990, perdeu charme e capacidade de persuasão”(Batista Jr, 2005: 3). Artigo obtido no site http://www.scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000300005&1n... Consultado em 6/3/2006.

América Latina, recém-saídos de ditaduras e regimes autoritários de diferentes tipos. Os resultados destas primeiras seqüências de reformas implicariam uma profunda reestruturação produtiva destas economias, levando ao desaparecimento de grande número de empresas, impulsionando fusões e incorporações, provocando ainda uma nova modalidade de inserção no sistema internacional, através da desregulamentação dos mercados de produtos, financeiros e de trabalho. Em seus efeitos cumulativos, tais processos levariam ao que Colin Leys designaria por “internacionalização do Estado”, isto é, à aceitação por parte dos Estados do pressuposto da existência de uma nova ordem econômica mundial, impulsionada pelas forças do mercado global, às quais todos deveriam ajustar-se para se beneficiarem da expansão exponencial do comércio internacional⁶².

Entretanto, como foi salientado anteriormente, apesar da intensidade da mudança no antigo padrão de desenvolvimento, alguns desafios tornaram-se ainda mais agudos. Em primeiro lugar, a integração na economia mundial não pode ser avaliada necessariamente sob a ótica de um jogo de soma positiva, no qual todos os parceiros tenderiam a ganhar. Ao contrário, longe de se ter produzido uma ordem mundial mais integrada e inclusiva, o que se observou foi a configuração de um sistema internacional marcado por grandes contrastes e polaridades, aumentando o hiato entre as grandes potências e os países menos desenvolvidos, reeditando-se os desequilíbrios preexistentes. Os acontecimentos de 11 de setembro de 2001, em que o espaço territorial norte-americano foi atingido pelos ataques terroristas que destruíram as torres gêmeas de Nova York, só intensificaram este tipo de dificuldades, criando uma ordem mundial ainda mais restritiva, dada a hegemonia dos Estados Unidos enquanto superpotência que desqualifica os fóruns internacionais de negociação e torna cada vez mais longínqua a meta de aperfeiçoar os mecanismos de governança global.

Dessa maneira, garantir internamente as metas de estabilidade econômica e higidez fiscal podem ser condições necessárias, mas certamente não são suficientes para a conquista da tão almejada governabilidade, diante dos graus de imprevisibilidade, e mesmo

⁶² Nas palavras do autor: “As três diferenças mais significativas entre 1914 e a economia global do final do século XX estão na escala e no poder dos mercados financeiros globais contemporâneos, na produção e comercialização global de serviços e bens manufaturados pelas TNCs (corporações transnacionais) e nas estruturas transnacionais para regulamentar a nova ordem global” (...) “As forças dos mercados financeiro e produtivo afetam (de maneira decisiva) a política estatal nacional (...)” (Leys, 2004: 25; 34).

de incerteza absoluta, que caracterizam a ordem financeira internacional, o que a transforma em importante fonte externa de ingovernabilidade. E mais ainda, os efeitos desse potencial de instabilidade, típico de um capitalismo global desorganizado, são tanto mais incontrolláveis quanto maior a fragilidade externa do país considerado.

As inconsistências de uma política macroeconômica fundada no cálculo de curto prazo, dissociada de uma visão estratégica independente, tornam a economia em questão particularmente vulnerável às oscilações na conjuntura internacional, aprofundando as causas de sua desvantagem relativa, num círculo vicioso de efeitos perversos. É preciso lembrar que a montagem da arquitetura do sistema financeiro em âmbito internacional transcende as fronteiras dos Estados nacionais, o que é particularmente marcante no caso dos países periféricos, que têm reduzida margem de influência na formulação e implementação dos acordos de reordenamento. Assim, por exemplo, o destaque atribuído pelo último acordo do Comitê da Basileia à avaliação das agências de *rating* pode afetar negativamente o financiamento do desenvolvimento desses países. Tais agências de classificação de risco de crédito têm tido um papel não desprezível na propagação de crises de desconfiança, reforçando atitudes de pânico e o comportamento de manada, característico do funcionamento dos mercados financeiros. Como salientam Freitas e Prates, para os países em desenvolvimento, o anúncio de um rebaixamento na classificação das agências de *rating* pode ter implicação sistêmica, já que pode originar uma fuga de capitais, desorganizando a economia e provocando um colapso financeiro.⁶³

Portanto, os riscos de crise de governabilidade devem ser avaliados não apenas em seus aspectos internos, relacionados à capacidade do governo de administrar seus problemas de ordem doméstica, mas também, em seus aspectos externos, ligados à capacidade de alcançar o equilíbrio entre ajuste interno e inserção internacional. Um complicador adicional decorre de que as fortes assimetrias no sistema de poder internacional tornam bastante improvável para qualquer Estado, agindo isoladamente, alterar a seu favor o equilíbrio de forças. Esta constatação coloca em relevo a necessidade

⁶³ Freitas & Prates (2003), “Sistema Financeiro e Desenvolvimento: as restrições das novas regras do Comitê de Basileia sobre os países periféricos”. In: Ferraz, Crocco & Elias (orgs). *Liberalização Econômica e Desenvolvimento, modelos, políticas e restrições*. São Paulo: Futura: 248-249.

da definição de estratégias nacionais concertadas, tendo em vista a reversão de situações desfavoráveis, particularmente no que tange aos países menos desenvolvidos.

A recusa a exercer um papel mais ativo e independente tende a agravar posições de desvantagem relativa. Nessa linha, mais uma vez, deve-se destacar a centralidade do papel dos Estados nacionais, tanto em relação ao enfrentamento de seus desafios internos, como no que se refere aos processos de coordenação de políticas de regulação global da economia, através da participação dos governos nacionais nos fóruns internacionais pertinentes. Este é o caso, por exemplo, das negociações para o estabelecimento de um regime regulatório que imponha restrições ao movimento do capital especulativo. De forma similar, a renovação dos acordos com as agências multilaterais, como o FMI, elevando os graus de liberdade, de forma a remover condicionalidades altamente restritivas para o desenvolvimento dos países periféricos, torna-se um imperativo da melhoria das condições de governabilidade, na era pós-reformas orientadas para o mercado.

Um balanço das contribuições dos autores acima citados reafirma efetivamente a existência de uma vasta produção crítica. Desta forma, é possível destacar a existência de uma fratura na comunidade epistêmica internacional, que já não mais sustenta visões unilaterais calcadas no *mainstream* internacional. Além das questões já assinaladas, esta literatura mostra que a globalização não exclui, se não que reafirma a política do interesse nacional, não no sentido de um nacionalismo autárquico ou xenófobo, mas enquanto capacidade de avaliação autônoma de interesses estratégicos, tendo em vista formas alternativas de inserção externa. À proporção em que avançou a integração do sistema internacional, agravou-se a tensão entre a esfera nacional e a ordem mundial globalizada, tensão que necessita ser administrada de forma independente, de maneira a possibilitar o melhor aproveitamento possível dos reduzidos graus de liberdade existentes.⁶⁴

⁶⁴ Como salienta Leys, “Há um conflito óbvio entre a lógica da acumulação de capital, que impulsiona a economia global, e a lógica da legitimação, que impulsiona a política de todos os Estados com eleições livres. A primeira dá prioridade às necessidades do capital à custa da mão-de-obra e à custa do financiamento do setor público, do qual depende a maioria dos bens públicos e quase todos os serviços sociais; a segunda depende de atender a essas outras necessidades além de garantir o crescimento econômico (...) Na era da economia nacional, o conflito entre essas duas lógicas era contido, embora de forma imprevisível, pela relativa imobilidade do capital. A globalização separou, pela primeira vez, os campos de operação das duas lógicas” (Leys, 2004: 40).

A conjuntura das eleições de 2006: o contexto interno

Em contraste com o ambiente internacional, o contexto interno se caracteriza por um debate acanhado, ainda preso a dicotomias como inflação x desenvolvimento; Estado x mercado; estabilidade macroeconômica x ampliação dos investimentos e geração de empregos; política econômica eficiente x política de enfrentamento das desigualdades sociais, ou ainda contenção de gastos públicos e ajuste fiscal x populismo econômico e político. O descompasso entre, por um lado, a ascensão do pensamento crítico no interior da comunidade epistêmica internacional, bem como a projeção mundial das idéias e concepções de seus principais intelectuais e, por outro, a baixa capacidade de formulação de estratégias inovadoras por parte de partidos e lideranças nacionais repõe o debate doméstico no patamar de 2002.

Este hiato não deixa de ser surpreendente, se considerarmos que cabe à política explorar o campo das possibilidades, estimular novas opções, forçar as barreiras da acomodação e do conformismo e propor mudanças, superando a defasagem entre a etapa em que se encontra a reflexão internacional e a estreiteza dos horizontes das lideranças internas.

O momento eleitoral, sobretudo em se tratando de eleições presidenciais, é propício ao questionamento de agendas defasadas e à revisão de prioridades. O problema consiste em como formular uma nova estratégia de desenvolvimento, que seja compatível com as mais recentes análises sobre a globalização e as novas modalidades de inserção internacional, como gerar uma nova visão das funções do Estado tanto na esfera econômica, como no campo das políticas sociais de forma a romper com as antigas dicotomias e articular uma nova coalizão política pós-Consenso de Washington. Nesse sentido a discussão das funções e do papel do Estado segue tendo atualidade. Porém, esse debate deve agora concentrar-se não mais na questão do grau de intervenção estatal, senão que no tipo e qualidade da intervenção. Este é o papel dos partidos e dos grupos interessados na mudança.

Diante desse quadro como se posicionam os empresários?

Do ponto de vista da política macroeconômica, as plataformas dos principais candidatos às eleições presidenciais, o presidente Lula, pelo PT e o ex-governador Geraldo Alckmin, pelo PSDB, tendem a se aproximar. Em levantamento realizado pelo NEIC (Núcleo de Estudos sobre Empresários, Instituições e Capitalismo), ao longo do primeiro semestre do corrente ano, verificou-se que os empresários, em diversas ocasiões, revelaram ausência de expectativas em relação a possíveis mudanças no cenário político e econômico brasileiro como decorrência do resultado das eleições presidenciais. A polarização da campanha entre as candidaturas do PT e do PSDB apontaria para a preservação dos fundamentos macroeconômicos, sinalizando para um quadro estável sem ameaças de rupturas institucionais ou contratuais.⁶⁵ Em seminário promovido pelo PSDB e pelo IEDI (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial), em fevereiro deste ano, cujo foco foi a discussão de propostas para o desenvolvimento econômico do país, empresários ligados ao IEDI revelaram-se insatisfeitos com a ausência de propostas alternativas. Assim, Paulo Cunha, presidente do grupo Ultra, e Yvoncy Ioschpe, importantes nomes da indústria nacional criticaram a falta de idéias inovadoras e a reafirmação de propostas com ênfase na estabilidade macroeconômica e ajuste fiscal, apresentadas por economista ligados ao PSDB.⁶⁶

Efetivamente, em longa entrevista concedida ao jornal Valor Econômico, no início de junho, os pontos ressaltados pelo economista da UNICAMP, Antônio Carlos Buainain, que comanda a equipe responsável pela elaboração do programa de Geraldo Alckmin, reiteram prioridades tais como: a manutenção da austeridade fiscal, de um nível adequado de superávit primário (a ser definido oportunamente), do regime de metas de inflação, a modernização do Estado brasileiro para que seja um Estado austero e eficiente, o aperfeiçoamento da gestão pública (choque de gestão), a retomada do processo de reformas, com destaque para a reforma da Previdência, reduzir e racionalizar os gastos correntes, criar um ambiente institucional e um marco regulatório que garantam mais estabilidade aos investidores nacionais e estrangeiros, já que os investimentos privados constituem o motor

⁶⁵ NEIC (Núcleo de Estudos Empresários, Instituições e Capitalismo/IUPERJ). Agradeço a Yuri Kasahara, autor do relatório *Empresários e as Eleições de 2006*, pelo levantamento e sistematização dos dados relativos às posições do empresariado diante do quadro eleitoral nacional.

⁶⁶ O Globo, "Empresários cobram idéias novas de tucanos", 17 de fevereiro de 2006.

da elevação do crescimento econômico do país para níveis definidos entre 5% a 8%, ao ano.⁶⁷ Em fins de junho, no mesmo jornal, o candidato Geraldo Alckmin reitera as prioridades de seu programa: redução e melhor gestão dos gastos públicos, rigor fiscal, desengessar a gestão orçamentária, reforma tributária, com redução de impostos, reforma política, bem como a criação de um ambiente institucional e regulatório que estimule a atividade empreendedora.⁶⁸ Na mesma linha, o ex-ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros, ligado ao candidato do PSDB, elaborou um programa preliminar do que seria um futuro governo Alckmin, destacando a flexibilização do sistema de metas de inflação, mudanças no perfil da dívida pública, renovação e ampliação dos valores da DRU (Desvinculação das Receitas da União) dos atuais 20 para 30%, e a implementação de um novo ciclo de reformas, como a previdenciária, a tributária e a trabalhista⁶⁹. Finalmente, em entrevista à revista *Veja*, Alckmin defende firmeza com movimentos como o dos sem-terra, combate à corrupção, transparência e ruptura com o que considera o grande equívoco da atual política externa brasileira de fortalecer diplomaticamente as relações Sul-Sul.⁷⁰ A aliança com o PFL acentuou o teor ortodoxo da candidatura Alckmin, já que o programa daquele partido tem um conteúdo claramente liberal, voltado para a contenção dos gastos e a redução da carga tributária. Em termos programáticos, a formalização da aliança do partido com o PSDB e a indicação do senador do PFL, José Jorge, como vice da candidatura de Alckmin tiveram como base a proposta de redução dos gastos públicos e diminuição da carga tributária, a maior repressão às invasões de terra e a criação de um ministério-extraordinário responsável pela questão da segurança pública. Deve-se ressaltar que, apesar da ênfase no corte de gastos governamentais, o programa do PFL defendia abertamente a manutenção e a ampliação de programas de transferência de renda como o Bolsa-Família.⁷¹

⁶⁷ Valor Econômico, “Alckmin vai levar país a crescer 8%”, 9,10 e 11 de junho de 2006.

⁶⁸ Valor Econômico, “A questão fiscal é o dedo na ferida”, 28 de junho de 2006. Nesta entrevista, o candidato Alckmin cita os economistas que seriam seus principais interlocutores: os economistas da Casa das Garças, ligados à PUC do Rio de Janeiro (Armínio Fraga, Pêrsio Arida e André Lara Rezende), o professor da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, Yoshiaki Nakano, os irmãos José Roberto e Luiz Carlos Mendonça de Barros.

⁶⁹ Carta Capital, “Na Planilha do Tucanato, Mendonça de Barros apresenta a Alckmin e ao mercado um plano de vôo”, 20 de março de 2006.

⁷⁰ *Veja*, 7 de junho de 2006.

⁷¹ Folha de São Paulo, “Programa do PFL quer manter Bolsa-Família”, 01 de junho de 2006; Valor Econômico, “Pressa atropela as intenções do PFL”, 02 de junho de 2006.

No que se refere à candidatura do presidente Lula à reeleição, o programa de um eventual segundo mandato do PT daria continuidade ao governo atual, mantendo como princípios a defesa da estabilidade econômica e do superávit primário, ao mesmo tempo em que daria ênfase ao crescimento econômico e ao aprofundamento dos programas sociais⁷². Em outros termos, o desafio seria levar à prática a meta do desenvolvimento com equidade e distribuição de renda, sem abrir mão do equilíbrio fiscal⁷³. Para além da política econômica, ambos os candidatos situam a educação e a reforma política entre as prioridades de suas respectivas agendas.

Uma possibilidade discutida internamente pelas diferentes correntes do PT é a de que o programa do Presidente Lula venha a refletir a perda de influência de segmentos do partido e do governo alinhados à postura do ex-ministro Antônio Palocci, como o Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. A saída de Antônio Palocci do comando do Ministério da Fazenda, no final do mês de março, devido a desdobramentos da crise política iniciada em 2005, e sua substituição por Guido Mantega, têm sido considerados um indicativo de que o Presidente Lula se incline a alterar as prioridades de sua política econômica em um eventual segundo mandato. A filiação de Guido Mantega a uma linha de pensamento identificada como desenvolvimentista poderia ser interpretada como uma forma de sinalizar ao empresariado industrial o início de um processo de transição. Além disso, a indicação de Júlio Gomes de Almeida, economista do IEDI e ferrenho crítico da política macroeconômica de Palocci, para ocupar o cargo de Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda seria uma forma de ampliar os canais de comunicação com os setores empresariais.⁷⁴ Ao mesmo tempo, sua indicação pode ser utilizada como um meio do Presidente Lula agradar as alas mais à esquerda do próprio PT e conseguir aglutinar o partido em torno de sua candidatura.⁷⁵

Apesar destes sinais favoráveis a uma inflexão por parte da candidatura de Lula no sentido de conceder mais espaço a políticas desenvolvimentistas, o empresariado mostra-se dividido. Embora pronunciamentos individuais sejam raros, é possível identificar um grupo

⁷² Valor Econômico, “Na convenção, Lula defenderá crescimento e reforma política”, 23, 24 e 25 de junho de 2006; O Globo, “Todo o foco no social”, 25 de junho de 2006.

⁷³ O Globo, “Lula avisa que não terá programas novos”, 12 de julho de 2006.

⁷⁴ Folha de São Paulo, “Mantega fecha equipe com crítico do BC”, 23 de maio de 2006.

⁷⁵ Valor Econômico, “PT apóia permanência de Guido Mantega em eventual segundo mandato”, 4 de abril de 2006.

de empresários que manifestam apoio ao atual Presidente, como Ivo Rosset, presidente da Valisère, Lawrence Pih, presidente da Moinho Pacífico e Michel Haradom, dono da empresa de defensivos agrícolas Fersol⁷⁶. Já Oded Grajew, dirigente do Instituto Ethos e ex-assessor especial da presidência da República, elo fundamental da aproximação do PT com o empresariado em 2002, deu declarações de que votaria no candidato do PT, mas fez publicamente duras críticas à conduta ética do governo⁷⁷. O presidente da Gradiente e conselheiro do IEDI, empresário Eugênio Staub, que apoiou publicamente a candidatura Lula em 2002, anunciou que não se manifestaria sobre o pleito deste ano. Segundo sua avaliação, o governo mostrou-se extremamente conservador na condução da política econômica⁷⁸. Outro conselheiro do IEDI, o empresário Ivoncy Ioschpe, presidente do grupo Ioschpe-Maxion, foi ainda mais contundente, afirmando em entrevista que a política econômica do governo, combinando alta carga tributária, juros elevados, crescimento da dívida pública e baixa capacidade de investimento, constituiu entrave ao desenvolvimento econômico, sendo a expressão de um modelo que se esgotara⁷⁹. Como se depreende de depoimentos e declarações de lideranças empresariais, a partir de 2003, a insatisfação do empresariado com o governo Lula esteve em grande parte associada à manutenção de uma política monetária altamente restritiva, calcada em elevadas taxas de juros e altos níveis de superávit primário. Além disso, os baixos índices de crescimento econômico, a excessiva carga tributária, a falta de investimentos, sobretudo em infra-estrutura, além da insuficiência do crédito para a expansão do setor produtivo foram críticas sempre presentes nos meios de comunicação e em documentos de entidades empresariais.

Por outro lado, a escolha de Alckmin como candidato oficial do PSDB à Presidência da República, além de agradar empresários do mercado financeiro, como era esperado⁸⁰, também mobilizou o apoio ostensivo de certas lideranças empresariais paulistas. Os empresários, Emerson Kapaz, presidente da ETCO (Instituto Brasileiro de Concorrência

⁷⁶ Folha de São Paulo, “Empresário mantém apoio a Lula”, 06 de março de 2006; Valor Econômico, “Empresariado perde medo de Lula, mas reduz apoio ao PT”, 20 de fevereiro de 2006.

⁷⁷ Folha de São Paulo, “Lula quer empresário para ser tesoureiro de campanha”, 27 de novembro de 2005; Valor Econômico, “Núcleo original divide-se na avaliação do governo mas vê favoritismo do Presidente”, 20 de fevereiro de 2006.

⁷⁸ Valor Econômico, “Staub critica política econômica e indica frustração com Lula”, 01 de dezembro de 2005.

⁷⁹ Entrevista “O Modelo Econômico Atual Está Chegando ao Fim”, 25 de maio de 2006. Disponível no site www.iedi.org.br

⁸⁰ Valor Econômico, “Mercado comemora a escolha de Alckmin”, 16 de março de 2006.

Empresarial), e João Dória, presidente do Lide (Grupo de Líderes Empresariais), têm feito grandes esforços em promover o candidato tucano nos meios empresariais, realizando encontros nos quais Alckmin possa ser melhor conhecido e possa angariar recursos para a campanha que se anuncia.⁸¹ Outro grupo empresarial que demonstrou publicamente seu apoio à candidatura tucana foi o CIESP (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo). Sob a presidência de Cláudio Vaz, a associação, que apoiava Alckmin desde o anúncio de suas pretensões presidenciais, também aderiu à campanha de José Serra na disputa pelo governo do Estado de São Paulo.⁸²

Em sua maioria, entretanto, as entidades representativas do empresariado industrial têm optado por adotar uma posição oficial de neutralidade em relação ao pleito presidencial. Suas atenções têm se voltado para a produção de relatórios abrangentes nos quais apresentam uma lista dos aspectos institucionais e logísticos que limitam a expansão da indústria no país. Designados mapas estratégicos foram desenvolvidos pela CNI e por outras federações regionais, como as do Rio de Janeiro (Firjan), Paraná (Fiepr), São Paulo (Fiesp) e o Ciesp, tendo por objetivo inspirar os programas de governo dos vencedores das eleições de 2006 a implementar reformas consideradas cruciais pelo setor empresarial.

Em linhas gerais, esses documentos têm um caráter genérico com propostas pouco detalhadas. O mapa estratégico lançado pela CNI em dezembro de 2005, por exemplo, procura fazer um levantamento dos principais entraves ao desenvolvimento industrial do país, propondo uma série de programas e grupos de trabalho com o objetivo de formular ou apoiar iniciativas que solucionem esses problemas. Dividido em 10 grupos temáticos⁸³, esses programas são muito mais propostas de temas a serem estudados do que propriamente projetos com estratégias definidas. São úteis, no entanto, para percebermos a abrangência de preocupações dessa entidade. Entre os 63 programas estratégicos delineados por esse documento da CNI podemos destacar alguns pontos, como: o programa para desburocratização do Estado; o programa de redução do déficit público; o programa de desoneração total das exportações e investimentos; o programa de ampla reforma tributária

⁸¹ Folha de São Paulo, “Tucano tem pelo menos duas *pontes* com empresariado”, 19 de março de 2006.

⁸² Valor Econômico, “Presidente do CIESP fecha apoio a Serra”, 06 de junho de 2006.

⁸³ Esses programas são agrupados nos seguintes temas: *a)*Liderança Empresarial, *b)*Ambiente Institucional e Regulatório; *c)*Educação e Saúde, *d)*Infra-Estrutura, *e)*Disponibilidade de Recursos, *f)*Expansão da Base Industrial, *g)*Inserção Internacional, *h)*Gestão Empresarial e Produtividade, *i)*Inovação e *j)*Responsabilidade Social e Ambiental.

para a competitividade e eficiência; o programa de eliminação de gargalos do sistema portuário e logística; o programa de modernização das administrações portuárias; o programa de redução da taxa básica de juros e *spread* bancário; o programa de retenção de recursos qualificados (Ciência e Tecnologia) em empresas e instituições de pesquisa; o programa da lei geral das micro e pequenas empresas, entre outros.

Iniciativa similar aparece no documento da FIESP, produzido após a realização de seu Congresso anual, que define grandes temas considerados relevantes pela entidade. O documento propõe um plano de médio prazo para a diminuição da dívida pública por meio da adoção de tetos para a expansão anual dos gastos públicos e da arrecadação em níveis menores que a expansão real do PIB, além da manutenção do superávit primário e do direcionamento de uma parcela dos recursos controlados pelo governo para investimentos públicos. Além disso, o documento defende a ampliação do número de membros do Conselho Monetário Nacional, retomando campanha feita anteriormente. As propostas mais polêmicas referem-se à restrição da autonomia financeira dos poderes Legislativo e Judiciário, como forma de diminuir os gastos administrativos do Estado, além da sugestão de convocação de uma nova Constituinte tendo em vista possibilitar a realização das reformas tributária, política e previdenciária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Chang**, Há-Joon (2003), *Chutando a Escada, A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*, São Paulo, UNESP.
- (2003), *Globalisation, Economic Development and the Role of the State*, London, New York, Penang, TWN/Zed Books Ltd.
- Batista Jr**, João Paulo (2005), “Brasil, Argentina e América do Sul”. In: *Estudos Avançados*, volume 19, n.55, set./dez.
- http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000300005
- Chesnais**, François (org.) (1996), *La Mondialisation Financière*, Paris, Syros.
- Diniz**, Eli (2000), *Globalização, Reformas Econômicas e Elites Empresariais*, Rio de Janeiro, FGV.
- (2001), “Globalização, Reforma do Estado e Teoria Democrática Contemporânea”. In: *São Paulo em Perspectiva*, vol. 15/ n° 4/out-dez.
- Evans**, Peter (1995), *Embedded Autonomy – States and Industrial Transformation*. Princeton: Princeton University Press.
- Freitas**, Maria Cristina e **Prates**, Daniela (2003). “Sistema Financeiro e Desenvolvimento: as restrições das novas regras do Comitê da Basileia sobre os países periféricos”. In: **Ferraz**, **Crocco** e **Elias** (orgs). *Liberalização Econômica e Desenvolvimento, modelos, políticas e restrições*. São Paulo, Futura: 248 – 249.

- Furtado**, Celso (1992), *A Construção Interrompida*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Haas**, Peter M. (1992), “Introduction: epistemic communities and international policy coordination”. *International Organization*, vol 46, nº 1.
- Held**, David (1991). “Democracy, the Nation State and the Global Order”. In: Held, D. (ed.) *Political Theory Today*, Cambridge, Polity Press.
- (1995). *Democracy and the global order. From the modern state to cosmopolitan governance*, Cambridge, Polity Press & Blackwell Publishers LTd.
- (1999). “Conclusions”. In: Held, D., McGrew, A. et al. *Global Transformations, Politics, Economics and Culture*, Stanford, Stanford University Press.
- Leys**, Collins (2004). *A Política a Serviço do Mercado: democracia neoliberal e interesse público*, Rio de Janeiro, Record.
- Rodrik**, Dani (2004). *Growth Strategies*. Economics Working papers from Department of Economics, Johannes Kepler University Linz, Austria.
- (2002). “Depois do Neoliberalismo, O Quê?”, In *Desenvolvimento e Globalização*, seminário do BNDES, “Novos Rumos do Desenvolvimento no Mundo”, Rio de Janeiro, 12-13 de setembro de 2002: 277-298.
- Stiglitz**, Joseph E. (2002), *A Globalização e seus Malefícios*. São Paulo, Futura.
- Stiglitz**, Joseph E. (2003). *Os Exuberantes Anos 90 – uma nova interpretação da década mais próspera da história*. São Paulo, Companhia das Letras.
- World Bank** (1994). *Governance: The World Bank’s Experience*. Washington D. C. World Bank.

ANEXOS

RELAÇÃO de EMPRESÁRIOS INTEGRANTES do CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO e SOCIAL/CDES:

Efetivos:

- 1- Abílio dos Santos Diniz, grupo Pão de Açúcar.
- 2- Amarílio de Proença Macedo, empresário do ramo de alimentos (J Macedo Alimentos SA).
- 3- Antoninho M. Trevisan, presidente da Trevisan Auditoria, Consultoria e Educação, membro fundador do Conselho do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
- 4- Benjamim Steinbruch, grupo Vicunha, presidente da Cia Siderúrgica Nacional
- 5- Carlos Jeressaiti Filho, empresário, Associação Brasileira de Shopping Centers/ ABRASCE
- 6- Daniel Feffer, diretor vice-presidente corporativo da Cia Suzano de Papel e Celulose, diretor-presidente da Neno Feffer S/A, diretor-vice presidente da Suzano Petroquímica, Membro do Conselho do Instituto Ethos de Responsabilidade Social
- 7- Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, presidente do Sistema da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro/FIRJAN, desde 1995, membro do Conselho Superior das Empresas Petróleo Ipiranga, membro do Conselho de Administração do BNDES

- 8- Eugênio Emílio Staub, presidente da Gradiente, membro do Conselho do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial/IEDI, membro do Conselho da Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos Eletro-eletrônicos, membro do CEAL/ Conselho de Empresários da América Latina.
- 9- Fábio Colleti Barbosa, presidente do Banco ABN Amro no Brasil, desde 1996, presidente do Banco Real (executivo).
- 10- Horácio Lafer Piva, empresário, grupo Klabin de Papel e Celulose, ex-presidente da FIESP/CIESP, membro do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Celulose e Papel, membro do Conselho Consultivo da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial/ ABERJE, membro do grupo Fifty com sede em Washington
- 11- Ivo Rosset, empresário do setor têxtil (Valisère, Cia Marítima, Agua Doce)
- 12- Jorge Gerdau Johanpeter, presidente do Grupo Gerdau, maior produtor de aços longos do continente americano (opera com usinas distribuídas no Brasil, Uruguai, Chile, Estados Unidos e Canadá), coordenador da Ação Empresarial Brasileira, presidente do Conselho Superior do Movimento Brasil Competitivo/MBC, integra o conselho diretor do Instituto Brasileiro de Siderurgia/IBS , presidente do conselho da Açominas
- 13- José Carlos Costa Marques , empresário e pecuarista
- 14- Joseph Couri, presidente do Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo/SIMPI, coordenador da representação do setor privado no Comitê Temático Investimento e Financiamento do Fórum Permanente da Micro e Pequena Empresa do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/MDIC, membro fundador do Pensamento Nacional das Bases Empresariais/PNBE
- 15- Luftala Bitar, engenheiro e empresário na Região Norte
- 16- Luiz Fernando Furlan, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/MDIC, ex-presidente do conselho de administração da Sadia S/A, ex-diretor de Comércio Exterior da FIESP/CIESP
- 17- Luiz Carlos Delben Leite, diretor-presidente da Manig S/A, Fort Knox, Sistemas de Segurança S/C LTD, fundador vice-presidente da ABIMEG, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos e do Sindicato Nacional da Indústria de Máquinas e Equipamentos, ABIMAQ/SINDIMAQ (2001-2004)
- 18- Luiz Otávio Gomes/ Confederação das Associações Comerciais
- 19- Márcio Artur Cypriano, advogado, executivo, presidente da diretoria do Bradesco, presidente da Federação Brasileira da Federação de Bancos (FEBRABAN)
- 20- Miguel João Jorge Filho, Banco Santander
- 21- Oded Grajew, fundador do PNBE, fundador, ex-presidente e atual conselheiro da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, fundador em 1980 do Instituto Ethos de empresas e Responsabilidade Social, coordenador de honra da Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania/Cives, membro do Conselho Consultivo do Global Compact , programa desenvolvido pelo Secretário Geral da ONU, Kofi-Annan
- 22- Omilton Visconde Jr./Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica (FEBRAFARMA)
- 23- Paulo Safady Simões, diretor-presidente da Wady Simão, Construções e Incorporações Ltda, presidente da Câmara Brasileira da Indústria de Construção /CBIC (2003-2005), ex-vice presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais/FIEMG (1989/1995)
- 24- Paulo Antônio Skaf, empresário, presidente da Texport Comercial e Exportação Ltda, presidente da FIESP (2004-2007), presidente da Associação Brasileira da Indústria

- Têxtil e de Confecções/ABIT, presidente da Associação das Indústrias Têxteis do Mercosul/Mercotêxtil, membro do Conselho de Orientação Estratégica da Coalizão Empresarial da CNI, membro do conselho diretor da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior/FUNCEX
- 25- Paulo Roberto de Godoy Pereira/ Associação Brasileira da Infra-estrutura e Indústrias de Base (ABDIB)
 - 26- Paulo Vellinho, diretor presidente da Springer S/A, ex-vice presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul/FIERGS (1962-1971), presidente da FIERGS (1971-1974), vice-presidente da Confederação Nacional de Comércio Exterior/CONCEX (1979-1980), fundador e membro da Associação dos Exportadores Brasileiros/AEB, diretor-presidente da Associação Brasileira da Indústria Eletro-Eletrônica/ABINEE
 - 27- Ricardo Young Silva, Instituto Ethos, PNBE, Associação Brasileira de Franquias (ABF)
 - 28- Rinaldo Campos Soares, USIMINAS.
 - 29- Roberto Egidio Setubal, presidente e diretor geral do Banco Itaú S/A, ex-presidente da FEBRABAN (1997-2000)
 - 30- Robson Braga de Andrade / Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG)
 - 31- Roger Agnelli, executivo, presidente da Cia Vale do Rio Doce, desde julho de 2001, membro do Conselho de Administração da ABB-ASEA Brown Bover, presidente do Comitê de Cooperação Empresarial da FGV/CCE
 - 32- Sérgio Haberfeld, presidente do Conselho de Administração do grupo Dixie Toga S/A, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Embalagens Plásticas Flexíveis/ABIEF, membro do Conselho da FIESP, membro do Conselho do IEDI, presidente da Câmara Americana de Comércio de São Paulo/AMCHAM
 - 33- Waldemar Verde Jr./Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores/FENABRAVE